

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

TAÍS REX

**AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO PRONAF NO VALE DO
TAQUARI**

Porto Alegre

2016

TAÍS REX

**AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO PRONAF NO VALE DO
TAQUARI**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Economia.

Orientadora: Profa. Letícia de Oliveira

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Rex, Tais

Agricultura Familiar: Uma análise do Pronaf no
Vale do Taquari / Tais Rex. -- 2016.
84 f.

Orientadora: Leticia de Oliveira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Pronaf. 2. Agricultura Familiar. 3. Vale do
Taquari. I. Oliveira, Leticia de, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TAÍS REX

**AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO PRONAF NO VALE DO
TAQUARI**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Letícia de Oliveira

UFRGS

Profa. Dra. Rosa Angela Chieza

UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

UFRGS

Dedico a minha família e amigos, em especial ao Daniel pelo apoio e paciência. Agradeço a Profa. Letícia de Oliveira e aos demais professores e colegas que ajudaram ao longo do curso.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos se estendem a todos que de alguma forma me apoiaram e me incentivaram durante esta trajetória, em especial a minha família e amigos que buscaram sempre me ajudar da melhor maneira possível, e entenderam que em determinados momentos a ausência significava dias de estudo em atraso.

Agradeço também a todos os professores da Faculdade de Economia, é devido ao conhecimento adquirido e transmitido, que foi possível alcançar o mérito da formação. De maneira especial as minhas professoras Leticia de Oliveira e Rosa Angela Chieza e ao meu professor Leonardo Xavier, por aceitarem participar da conclusão deste estudo. Cabe também agradecer a todos os técnicos que sempre estiveram dispostos a sanar nossas dúvidas.

Aos amigos e colegas de curso, é imensa a gratidão que tenho por vocês, sempre estiveram dispostos a ajudar e aconselhar em todos os momentos. Por fim, obrigada UFRGS por expandir meus conhecimentos e possibilitar-me experiências que não seriam possível sem o universo acadêmico.

RESUMO

O objetivo deste trabalho focou na análise dos efeitos das políticas públicas no desenvolvimento da agricultura familiar, em especial o desempenho do Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF) na região do Vale do Taquari. Inicialmente averiguaram-se os conceitos sobre a agricultura familiar, a sua origem, sua evolução e suas principais características. Além disso, definiu-se o conceito de políticas públicas e qual a importância das mesmas para a continuidade da agricultura familiar. Na tentativa de demonstrar como o PRONAF atuou na vida da agricultura familiar, fez-se a conceituação do programa, como se procedeu a sua criação, por meio da legislação, as suas mudanças e as novas medidas que foram sendo adotadas no período, como também a evolução das linhas de crédito e dos principais produtos financiados pelo programa. Esse estudo acerca da atuação do PRONAF de 1995 até 2015 é feito sobre 36 municípios do Rio Grande do Sul, localizados na região do Vale do Taquari. Buscou-se nesses municípios, primeiramente, entender suas características, qual a sua população, sua renda e sua economia em geral, para posteriormente, analisar os dados do PRONAF nesta região. Para este estudo foram utilizadas as bases de dados do governo federal e de instituições locais. Através destes dados foi possível identificar a queda de 5% do número de contratos do PRONAF na região do Vale do Taquari, resultado associado a fatores como aumento da renda das zonas rurais e a migração da população à cidade.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Políticas Públicas; PRONAF

Classificação JEL: Q12; Q18

ABSTRACT

This study aimed to analyze the effects of public policies on the development of family farming, in particular the performance of the National Program to Strengthen Family Agriculture (PRONAF) in the Taquari Valley region. Initially investigated whether the concepts of family farming, its origin, its evolution and its main features. In addition, it defined what public policies are and what their importance to the continuity of family farming. In an attempt to demonstrate how the PRONAF served in the lives of family farming, she became the program's concept, as it held its creation, through legislation, its changes and the new measures that have been adopted in the period, as well as the evolution of credit lines and the main products funded by the program. This study on the 1995 PRONAF operations by 2015 is made of some municipalities in Rio Grande do Sul, located in the Taquari Valley region. He attempted to these municipalities, first, understand its characteristics, which its population, its income and its economy in general to subsequently analyze PRONAF data in this region. For this study we used the databases of the federal government and local institutions. Through this data it was possible to identify the drop in the number of PRONAF contracts in the Taquari Valley, a result associated with such factors as increasing income of rural areas and migration of the population to the city.

Keywords: Family Agriculture, Public Policy; PRONAF

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- PIB total, patronal e familiar do agronegócio, e participação patronal e familiar segundo os estados da federação, 2004.....	24
Figura 2 - Localização do Vale do Taquari no mapa do estado do Rio Grande do Sul.	41
Figura 3 - Mapa do Vale do Taquari.	42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do PIB do Brasil e do Agronegócio Nacional entre 1995 a 2015.	23
Gráfico 2 - Evolução do PIB e do VAB em milhões R\$ no período de 1996 a 2013 ..	48
Gráfico 3- Desagregação do VAB em Agropecuário, Industrial e de Serviços.	48
Gráfico 4 - Percentual da produção Agrícola e Pecuária.....	52
Gráfico 5 - Quantidade Produzida nas Lavoras Temporárias no ano de 2014	55
Gráfico 6 - Quantidade Produzida na Lavoura Permanente no ano de 2014.....	56
Gráfico 7 - Evolução dos contratos do Pronaf e do volume de recursos no Vale do Taquari de 1999 a 2014.	59
Gráfico 8 - Divisão dos contratos de financiamento entre custeio e investimento.....	61
Gráfico 9 – Volume de recursos financiados pelos setores Agrícola e Pecuário nas modalidades de Custeio e Investimento no período de 2013 à 2015 em R\$ mil.....	62
Gráfico 10 – Produtos financiados pelo PRONAF nos contratos de custeio agrícola no Vale do Taquari.	63
Gráfico 11 - Produtos financiados pelo PRONAF nos contratos de custeio pecuário no Vale do Taquari.	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sintetização das posições dos autores sobre a conceitualização da Agricultura Familiar.	17
Quadro 2 - Linhas de Crédito do PRONAF disponibilizadas pelo MDA na última Safra 2015/2016.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de Estabelecimentos, Área, Valor Bruto e Financiamentos na Agricultura no Brasil segundo Censos de 1995/96 e de 2005/06.....	22
Tabela 3 - Proporção dos agricultores familiares que usam componentes relativos à modernização da agricultura de 1996 e 2006	26
Tabela 4 - Evolução da produção agrícola brasileira antes e durante o PRONAF, de 1990 a 2015 (em milhões R\$).	29
Tabela 5 - Desempenho do PRONAF em sua primeira fase de 1997 a 1999.....	30
Tabela 6 - Desempenho PRONAF em sua segunda fase de 2000 a 2002.	31
Tabela 7 - Desempenho do PRONAF em sua terceira fase no período de 2003 a 2015.	31
Tabela 8 - Estratificação das Categorias de Agricultores Familiares conforme a Renda Bruta Anual em 2015.....	32
Tabela 9 - Desempenho do PRONAF por região no período de jul/14 a jun/15.....	33
Tabela 10 - Histórico do limite da renda bruta por categoria do PRONAF no período de 1995 a 2014.....	34
Tabela 11 - Histórico do Limite de Custeio e Investimento do PRONAF.	35
Tabela 12 –População urbana e rural de cada município do Vale do Taquari nos Censos Demográficos de 2000 e 2010.	43
Tabela 13 - Variação da população do Vale Taquari de 2000 à 2010.	44
Tabela 14 – Previsão populacional para o ano de 2016 por município e Densidade Demográfica de 2010.....	45
Tabela 15 - Cenário do uso e cobertura do solo do Vale do Taquari.	46
Tabela 16 - Crescimento das atividades de Serviços, Indústria e Agropecuária de 1996 à 2013.	50
Tabela 17 - Renda média dos Municípios do Vale do Taquari em 2000 e 2010.....	51
Tabela 18 – Histórico da produção Pecuária por atividade em mil R\$.	53
Tabela 19 - Evolução da produção de alguns itens da cultura temporária em mil R\$..	54
Tabela 20 - Tamanho do MF, estabelecimentos rurais, área por estabelecimento, área média e DAP's Ativas.	58
Tabela 21 – Número de contratos financiados pelos setores Agrícolas e Pecuários para as modalidades de Custeio e Investimento no período de 2012 à 2015	61

Tabela 22 - Financiamentos obtidos segundo as linhas de crédito do PRONAF e a participação dos municípios do estado e do vale nesse volume.....	65
Tabela 23 - Evolução dos contratos em comparação as fases do PRONAF.	68

LISTA DE ABREVIATURAS

AF	Agricultura Familiar
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BCB	Banco Central do Brasil
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
DAP	Declaração de Aptidão do PRONAF
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica a Extensão Rural
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PIB	Produto Interno Bruto
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS E HISTÓRICO NO BRASIL.....	14
	2.1 A Agricultura Familiar.....	14
	2.2 Agricultura Familiar no Brasil.....	20
3	POLÍTICAS PÚBLICAS: O PRONAF	27
4	METODOLOGIA	39
5	REGIÃO DO VALE TAQUARI	41
	5.1 Dados Demográficos.....	42
	5.2 Características da região	46
	5.3 Dados Econômicos.....	47
	5.4 Dados Agropecuários.....	52
6	EVOLUÇÃO DO PRONAF NO VALE TAQUARI.....	57
7	RESULTADOS E PROJEÇÕES	66
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
9	REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar no decorrer dos últimos anos vem sendo objeto de estudo por muitos autores do país. A questão social, a qualidade de vida, a sustentabilidade, a produtividade e o desenvolvimento estão entre os assuntos mais abordados. Além destes, a Constituição Federal de 1988 trouxe uma mudança nas políticas públicas para a agricultura, destacando os Artigos 184 à 191 que trataram da Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária. O Art. 187 estabeleceu que “a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes” (BRASIL, 1988).

Nos primórdios da colonização brasileira, a vinda de imigrantes alemães e italianos que possuíam em sua cultura o cultivo de produtos agrícolas contribuiu para o desenvolvimento da atividade no país, especialmente na região Sul onde a presença dessas etnias era grande, e onde tradicionalmente a forma de produção era passada as novas gerações.

Apesar desta cultura, o início do desenvolvimento da atividade agropecuária familiar no país foi conturbado, fatores como a falta de apoio do Estado, a discriminação da atividade como atrasada, a presença da agricultura patronal ditando a grande produção e a falta de crédito para aquisição de máquinas e equipamentos dificultou a evolução da agropecuária. Contudo a capacidade produtiva da Agricultura Familiar em adotar novas tecnologias e se integrar aos mercados para comercialização dos seus produtos, a tornou diferenciada.

A partir dos anos 1990, com a mudança institucional e a presença de movimentos sindicais exigindo melhoras a agricultura, se iniciou uma nova fase de elaboração de Políticas Públicas. O Estado e as Instituições por meio de novos programas promoveram incentivos ao agricultor na forma de crédito para aquisição de novos maquinários/estruturas e custeio, como também ofereceram cursos e palestras profissionalizantes para capacitação dos agricultores, garantindo o desenvolvimento desta atividade de maneira mais produtiva.

A partir desse cenário foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, com grande importância até os dias atuais na vida do agricultor familiar. Suas ações deveriam incluir melhora na qualidade de vida da Agricultura Familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua

capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de ocupação e renda (BRASIL, 2000). Dentre as modalidades de atuação do PRONAF estiveram presentes: o Crédito Rural, Crédito para Infraestrutura e Serviços, Crédito para Custeio, Microcrédito Rural e cursos de capacitação e profissionalização para os jovens e agricultores.

O PRONAF foi se desenvolvendo e estabelecendo diretrizes. Com a criação do Manual Operacional em 1999 algumas medidas foram sendo incorporadas pelo programa, como a estratificação do crédito por grupo e a incorporação a cada início de safra de um conjunto de políticas agrícolas e sociais. As suas linhas de crédito foram-se expandindo e focalizando em cada atividade agrícola específica, hoje o programa possui doze linhas que se destacam por propiciarem financiamentos com baixas taxas de juros por todas as regiões do país.

Na região sul do país, o estado do Rio Grande do Sul absorveu grande parte do financiamento concedido pelo PRONAF. O Vale do Taquari, região leste do estado, possui 36 municípios em que todos possuem agricultores familiares que buscam financiamento de alguma das linhas de crédito do programa.

Esta pesquisa explana as características do Vale do Taquari no período de 1995 a 2015, detalhando como, por exemplo, a demografia, evolução da população urbana e rural, e previsão populacional; sua caracterização quanto ao clima, hidrografia e solo; seu desenvolvimento econômico, através do histórico do Produto Interno Bruto (PIB) e da desagregação do Valor Adicionado Bruto (VAB) em agropecuário, industrial e serviço; e sua atividade agropecuária, em termos de produção agrícola e pecuária, e principais produtos produzidos pelos municípios.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a evolução do PRONAF na região do Vale do Taquari, no período de 1995 até 2015, por meio de uma análise do volume de recursos financeiros destinados aos municípios da região e da quantidade de famílias beneficiadas pelo programa.

A importância da análise da atuação do PRONAF nesta região provém da observação de dados que comprovem sua eficiência quando disponibilizado à todas as famílias que possuem direito, assim como a geração de algum impacto positivo no desenvolvimento e aprimoramento da atividade agrícola na região do Vale do Taquari.

2 AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS E HISTÓRICO NO BRASIL

2.1 A Agricultura Familiar

Este capítulo é fundamentado nas diferentes visões dos autores sobre a Agricultura Familiar (AF), quanto à sua personalização, seu método de trabalho, sua capacidade de modernização e seu papel perante a sociedade.

O ponto de partida para tratar da Agricultura Familiar é identificar as categorias que a precederam. Neste sentido, Wanderley (2014) definiu a agricultura camponesa tradicional (campesinato) e a agricultura de subsistência como formas da Agricultura Familiar. Sendo o campesinato como uma forma social de produção que se fundamentou no caráter familiar, que supunha o uso de seus membros na produção, tanto no objetivo de satisfazer as necessidades familiares, quanto no modo de produção.

Sendo assim, a expectativa de que todo o investimento gasto na unidade produtiva, pela geração atual, fosse transmitido à próxima geração garantindo a prosperidade da atividade. Para garantir o futuro, o camponês iria se basear nos conhecimentos do passado para definir a alocação dos recursos e da quantidade de trabalho necessária a ser despendida na produção. (WANDERLEY, 1996)

No entanto, o campesinato como uma forma tradicional da agricultura, com pequena ligação com o mercado, baixa produção, atraso econômico e social, se distinguiu da Agricultura Familiar atual, que apresentou uma ligação mais intensa com o mercado, mais moderna e que aderiu às transformações e diversificações econômicas ocorridas adaptando-se a sociedade, tornando-se pluriativa:

Os agricultores familiares são ainda percebidos, por alguns, como integrantes das principais culturas agropecuárias do País, inclusive das grandes cadeias produtivas globalizadas. Neste caso, eles são incluídos na categoria genérica do “agronegócio”, juntamente com os grandes proprietários e empresários do setor agrícola do País (WANDERLEY, 2014, p. 30).

Pôde-se afirmar que a diversificação e a pluriatividade não constituiu um processo de abandono da agricultura, a pluriatividade foi uma estratégia cada vez mais adotada pelas famílias, permitindo sua permanência no meio rural e com seu patrimônio familiar. Famílias pluriativas foram aderentes da dinamização econômica, ambiental e sociocultural do meio rural. (WANDERLEY, 2001)

Na mesma linha de pensamento, Schneider e Niederle (2008, p. 992) argumentam que “é difícil distinguir camponeses de agricultores familiares. Existem vários elementos comuns a essas duas formas sociais e, não raro, na literatura especializada, aparecem posições que sustentam que não há diferenças substantivas entre ambas.” Também apontaram que na produção familiar o sistema produtivo foi centrado no trabalho realizado pela família, em que as atividades por eles realizadas sempre coexistem e se completam com outras atividades não agrícolas, como o artesanato, tornando a propriedade pluriativa.

A presença do trabalho familiar em unidades agrícolas tornou as relações sociais e econômicas estáveis e duradouras, sendo o principal objetivo da unidade de produção familiar priorizar a satisfação das necessidades familiares. Por fim, Schneider e Niederle (2008) apontaram que à medida que a mercantilização aumentou, cresceram a integração das famílias aos mercados, e como resultados reduziram sua autonomia, já que passaram a depender da compra de insumos e ferramentas para produzirem.

Discordando desta posição, Abramovay (2007, p. 22) iniciou seu livro "Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão" abordando que “uma Agricultura Familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”, pois apesar de possuírem a mesma base familiar suas questões sociais são diferentes. Ressalta ainda que o modo de vida camponês caracterizou-se pela forma como se inseriu na sociedade através de laços econômicos, ele não foi sob o ângulo produtivo auto-suficiente, tendo como traço básico “a integração parcial a mercados incompletos (ABRAMOVAY, 2007, P.115)”, enquanto que o agricultor familiar transformou o que para o camponês era modo de vida em uma profissão e uma forma de trabalho, onde “a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições de reprodução social (ABRAMOVAY, 2007, P.127)”

Enquanto muitos autores viam a Agricultura Familiar apenas como um novo nome para expressões já conhecidas como: “pequeno agricultor” e “unidade de subsistência”, Abramovay (1998, p. 146) viu a função da Agricultura Familiar não apenas na produção alimentos, mas aquela em que “a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”. Outro fator que se modificou foi à relação existente de produção de alimentos de subsistência para uma busca com a integração a novos mercados possibilitando a comercialização dos produtos.

Da mesma maneira, para Lamarche (1998) citado por Zaroni (2004), a diferença entre a agricultura de subsistência e a Agricultura Familiar, esteve no fato de não se poder reduzir a

segunda a uma subsistência, pois havia nela uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar. Já na agricultura de subsistência, não havia uma orientação de reprodução da base familiar agrícola, como aconteceu na Agricultura Familiar.

Ainda, neste sentido, os autores Lima et al. (2005) argumentaram que a unidade camponesa foi diferente da familiar, pois tinham baixo nível de exploração de capital, possuíam baixo nível de comercialização, geralmente comercializavam apenas o excedente da produção familiar e possuíam área de terra inferior ao módulo rural. Já a unidade de produção familiar foi caracterizada por:

Manter alto nível de capital de exploração; realizar a produção com base na força de trabalho familiar (não remunerado); produzir prioritariamente para o mercado; desenvolver sistemas de produção intensivos, geralmente com poucas linhas de produção; possuir superfícies de terra iguais ou superiores ao módulo regional. (LIMA et al, 2005, p. 39)

No que se refere à produção familiar, a família foi, “ao mesmo tempo, proprietária e a principal fonte de trabalho da unidade produção (LIMA et al, 2005, p. 41)”, onde esta unidade seria tanto patrimônio quanto um local de trabalho para a família. O grande projeto dos produtores familiares seria reproduzir não somente a família para que houvesse a manutenção da sua propriedade como também reproduzir a unidade de produção através da aquisição de equipamentos e de melhorias na infraestrutura e na ampliação de trabalho e produção.

Um sistema de produção que combinou propriedade e a realização do trabalho esteve na base da racionalidade da produção familiar, diferente da empresa capitalista, que esteve baseada no trabalho assalariado e na maximização do lucro, a empresa familiar se orientou pela satisfação das necessidades e na reprodução familiar. Assim a decisão de aumentar a quantidade de trabalho necessário para expandir certa atividade levaria em conta o bem estar da família antes de analisar a obtenção de maior lucratividade. (CHAYANOV, 1974, citado por ALTAFIN, 2007)

O autor pretendeu relatar que, no parágrafo anterior, não houve negação do agricultor em obter o lucro, mas a importância de ter a satisfação da família antes de aumentar a produção. Segundo Altafin (2007), este fato ocorreu na Agricultura Familiar devido à gestão e o trabalho estarem sob a responsabilidade do produtor e sua família, sendo que “quando há a necessidade de contratar mão de obra, ela ocorre de forma a complementar a força de trabalho da família (CHAYANOV, 1974, citado por ALTAFIN, 2007, p. 3)”.

Após a contextualização dos autores sobre a conceitualização do termo Agricultura Familiar, segue o Quadro 1 com as principais posições e ideias expostas pelos autores citados.

Quadro 1 - Sintetização das posições dos autores sobre a conceitualização da Agricultura Familiar.

Autor	Evolução do Camponês	Principal Objetivo	Mão de Obra Estritamente Familiar	Propriedade Pluriativa	Integração com o Mercado	Crescimento e Inovação
Maria N. B. Wanderley	Sim	Satisfação Necessidades Familiares	Sim	Sim	Aumento Produção	Sim
Sérgio Schneider	Sim	Satisfação Necessidades Familiares	Não Define	Sim	Dependência	NE
Ricardo Abramovay	Não	Satisfação Necessidades Familiares	Não Define	NE	Aumento Produção	Sim
Hugues Lamarche	Não	Reprodução Familiar	Sim	NE	NE	Sim
Arlindo P. de Lima et al	Não	Reprodução Familiar	Sim	NE	Aumento Produção	Sim
Alexander Chayanov	NE	Ambas	Não define	Sim	NE	Sim

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

NE: Não Encontrado

Essa primeira parte procurou apresentar a ideia de alguns autores sobre a agricultura camponesa e a Agricultura Familiar. Foi notável que enquanto a Agricultura Familiar teve capacidade de crescer e incorporar-se a mercados, de produzir para o mercado com o objetivo de comercializar, investir e aumentar a produção, na medida em que este aumento aconteceu com a concordância de todos os membros da família, a agricultura camponesa por ser de subsistência somente comercializaria sua produção quando ela fosse um excedente do consumo para a família.

Atualmente o agricultor familiar, para ter o direito aos programas e políticas concedidas pelo governo, deve se enquadrar na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais¹;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

¹ Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária que representa a área mínima necessária para as propriedades rurais poderem ser consideradas economicamente viáveis, esta regulamentada legalmente pelo Governo Brasileiro e o tamanho desse módulo fiscal pode variar de 5 a 110 hectares de acordo com a região e o estado. (LAUDAU, 2012)

- ~~III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; (Revogado)~~
III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);
IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006)

Além dessas características, Gasson e Errington (1993, citado por Abramovay, 1997) determinam que para ser considerado como agricultor familiar, o produtor deveria obedecer a seis critérios:

1. A gestão é feita pelos proprietários.
2. Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco
3. O trabalho é fundamentalmente familiar
4. O capital pertence à família
5. O patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família
6. Os membros da família vivem na unidade produtiva (ABRAMOVAY, 1997, p. 2)

No entanto, foi preciso entender que o universo da agricultura é extremamente heterogêneo, incluindo desde famílias pobres até famílias com grande dotação de recursos. Para Souza Filho *et al* (2004) foi preciso reconhecer essa diferenciação entre os agricultores e não reduzi-los a uma categoria simplesmente por usarem o trabalho familiar. Os agricultores não se diferenciam apenas na quantidade de terra e na capacidade de produção, mas também na tecnologia, infraestrutura e nível de organização.

Na produção, os agricultores familiares buscaram reduzir seus riscos econômicos e alimentares, o primeiro através da adoção de sistemas diversificados e a alimentação através do dispêndio de tempo para produzir parte dos alimentos que consumiam no próprio estabelecimento. Essa característica de minimização de riscos foi tradicionalmente utilizada pelo agricultor devido ao histórico de acesso precário aos mercados, fragilidade no processo de comercialização, baixa remuneração produtiva, instabilidade climática, variação no preço do produto e ausência de financiamentos. Assim, “a ‘opção’ era diversificar e buscar o máximo de auto-suficiência alimentar e produtiva (SOUZA FILHO *et al*, 2004, p. 4, grifo autor).”

Souza Filho *et al* (2004) observaram que produtores com longa experiência e tradição na agricultura, quando comparados aos com menor experiência, tiveram um desempenho produtivo superior e maiores probabilidades de sucesso. O grau de organização e participação dos produtores em cooperativas também afetou diretamente a capacidade produtiva e a

eficiência no uso dos recursos que possui. Infelizmente no Brasil o baixo nível organizacional dificulta a incorporação de novas tecnologias, no entanto, para um desempenho econômico e financeiro, a tecnologia possuiu um papel importante.

Além desses fatores, o tamanho da propriedade também definiu a tecnologia necessária para a produção, que dependeu do acesso ao crédito, grau de capitalização, participação em programas governamentais e qualidade do solo. Essas condições também iriam influenciar na mão de obra, pois as tecnologias poderiam ser poupadoras de trabalho, ainda que a mão de obra familiar fosse a ‘peça’ mais importante na Agricultura Familiar. (SOUZA FILHO *et al*, 2004)

Não apenas seu papel econômico, mas seu papel social na sociedade foi importante. O agricultor destacou-se na medida em que transformou o ambiente ao seu redor, proporcionando melhor qualidade de vida a sua família e a população. A Agricultura Familiar segundo Panzutti e Monteiro (2015) apresentou uma grande capacidade de gerar empregos e distribuir renda, contribuindo assim para o desenvolvimento da região local. Como também contribuiu para a diversificação do seu espaço de produção rural, através da exploração agrícola com consciência na preservação do meio ambiente, promovendo a criação de externalidades positivas.

Por meio da profissionalização e da qualificação de atividades, tornou-se possível um aumento da produtividade no trabalho e a melhora na qualidade de vida do trabalhador, superando a desigualdade presente nesta categoria socioeconômica, recriando um indivíduo competitivo e interativo com o seu meio e sua sociedade. A modernização reverteu à tradição do agricultor, colocando o tempo como disciplinador da produção.

O modelo familiar, bem estruturado, com políticas adequadas, é econômica e socialmente eficiente, sensível às questões ambientais e, por isso, se afirma crescentemente como sustentável e durável. (GEHLEN, 2004, p. 99)

Esta segunda parte do primeiro capítulo caracterizou o atual agricultor familiar, salientando a busca pela redução dos riscos, com o objetivo de trazer segurança a sua família e sua propriedade. Também se constatou que a experiência, diversificação e tecnologia foram alguns dos fatores que levaram ao aumento da produção, e conseqüentemente o desenvolvimento da unidade produtiva. Por fim, destacou-se a importância do papel social do agricultor na sociedade como difusor de ideias e pensamentos.

2.2 Agricultura Familiar no Brasil

Um dos pontos importantes do trajeto da Agricultura Familiar foi a renovação da Constituição Federal de 1988. A partir deste momento fortaleceram-se os direitos desta categoria, pois com um maior apoio do Governo Federal, por meio de políticas públicas, possibilitou-se a criação de bases para o desenvolvimento da Agricultura Familiar no país.

Apesar das origens da agricultura brasileira reportarem ao período colonial, ela só apareceu como um setor econômico a partir da independência política do Brasil, sete de setembro de 1822. As técnicas de produção eram primitivas e novas terras eram incorporadas à medida que a fertilidade do solo ia se esgotando, adubação era um termo que não existia, assim como práticas de irrigação e seleção das variedades cultivadas. As causas desse atraso tecnológico residiam “na má qualidade do seu empresariado rural, no baixo nível cultural e técnico dos seus fazendeiros (SZMRECSÁNYI, 1998, p. 14)”.

Na fase agrária exportadora, período até 1930, a agricultura para o mercado interno ficou excluída do acesso ao apoio do Estado. Este cenário se inverteu com o Estado Novo e a preocupação com a substituição de importações, quando a agricultura para o mercado interno se mostrou viável ao crescimento urbano-industrial. Nos anos de 1950 surgiram dois grupos direcionados a modernização da agricultura, um que via a agricultura como instrumento para promover o desenvolvimento urbano, e outro que procurava direcionar esforços para o crescimento e modernização da própria agricultura. No período pós 1985, ao fim do governo militar e início da transição democrática, iniciou-se uma reforma do governo, com liberalização comercial, globalização e integração regional, como resultado houve a “descentralização e fragmentação do Estado, e erosão das fronteiras entre o público e o privado (CAZELLA, BONNAL E MALUF, 2009, p.78)”, essas mudanças acabaram por limitar a capacidade do Estado de definir e programar políticas públicas (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

Por muito tempo a Agricultura Familiar foi relegada pelo Estado e pelos setores dominantes a uma condição de subsidiária da grande exploração agropecuária. Sendo que a exploração agropecuária foi considerada por muitos anos como a única capaz de garantir divisas para o país, através da exportação de produtos agrícolas de interesse internacional. Cabendo a produção familiar funções secundárias como a produção de alimentos para o mercado interno e como reserva de trabalho para o momento em que as grandes explorações necessitassem. (PICOLOTTO, 2014)

Da mesma maneira, Panzutti e Monteiro (2015) constataram a Agricultura Familiar como um setor marginalizado devido ao seu processo colonial, caracterizado como um setor desigual comparado ao setor de grandes e médios produtores patronais:

Tradicionalmente, a agricultura de base patronal sempre foi considerada como vetor do desenvolvimento rural no Brasil. Os agricultores familiares começaram a entrar na pauta do governo somente após a reforma da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. Em virtude do contexto macroeconômico da reforma do Estado, a partir da década de 1990 surgiram as políticas públicas destinadas a esse segmento motivadas pela crescente necessidade de intervenção estatal face à crescente exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais (PANZUTTI e MONTEIRO, 2015, p. 133).

Notou-se que até os anos de 1990 a referência à Agricultura Familiar era quase inexistente, os termos que a caracterizavam até então se aproximavam de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. No entanto, ações como a dos movimentos sindicais dos agricultores conquistaram melhor crédito, melhores preços, comercialização diferenciada e regularização constitucional da previdência social rural. Esses fatores permitiram uma abrangência do espaço para a Agricultura Familiar, tornando própria a identidade de trabalhador rural (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2008).

O movimento sindical rural teve que enfrentar grandes desafios nos anos 1990, devido à abertura comercial, a falta de crédito agrícola e a queda dos preços dos produtos agrícolas. A afirmação da noção de Agricultura Familiar neste período foi extremamente importante para categorias que já não se enquadravam mais na noção de pequenos produtores ou de trabalhadores rurais. Além disso, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, foi também uma resposta a pressão do movimento sindical que vinha desde o início da década de 1990, e que a partir disso, “passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbram o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada *específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas* (SCHNEIDER, 2003, p. 34, grifo do autor)”.

Por meio dos dados estatísticos dos dois últimos Censos de 1995/96 e 2005/06, a Tabela 1 contém os principais dados da agricultura no país, referente a quantidade de estabelecimentos rurais houve um crescimento de 5,5% neste período de dez anos, sendo o percentual do aumento nos estabelecimentos familiares (5,5%) foi menor que nos estabelecimentos patronais (12,3%). Já em termos de área para produção, houve perda de cerca de vinte mil hectares de terra. A Agricultura Familiar que em 1995 possuía 107 milhões

de hectares passou a ter em 2005 apenas 80 milhões, sendo que deste montante de área 7 milhões foram para a agricultura patronal. Da mesma forma o valor bruto da produção também obteve um crescimento maior na agricultura patronal.

Tabela 1 - Distribuição de Estabelecimentos, Área, Valor Bruto e Financiamentos na Agricultura no Brasil segundo Censos de 1995/96 e de 2005/06.

	Categoria	Estabelecimentos	%	Área (mil ha)	%	VBP (mil R\$)	%	Financiamento Rural (mil R\$)	%
1995/96	Familiar	4.139.369	85,1	107.768	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3
	Patronal	720.495	14,8	245.843	69,5	29.678.744	62,1	2.769.284	74,7
	TOTAL	4.859.864	100	353.611	100	47.796.469	100	3.707.112	100
2005/06	Familiar	4.366.267	84,4	80.103	24,0	54.494.117	33,2	-	-
	Patronal	809.369	15,6	253.577	76,0	109.492.177	66,8	-	-
	TOTAL	5.175.636	100	333.680	100	163.986.294	100	21.393.992	100

Fonte: Dados extraídos do Censo Agropecuário 1995/96 e do Censo Agropecuário de 2005/06 – IBGE (2016).

Elaboração própria.

Completando a tabela, os dados acima mostram que apesar do Censo de 2005/06 mostrar que os estabelecimentos patronais representarem 16% do total de estabelecimentos e ocuparem 76% área produtiva, os agricultores familiares estavam em maior quantidade produzindo em um espaço menor e de forma mais lucrativa, dado que o seu valor bruto de produção por hectare era de 680 reais, no entanto, o estabelecimento patronal apresentava o valor de 431 reais por hectare. Este dado foi obtido ao se dividir o valor bruto de produção pela área produtiva.

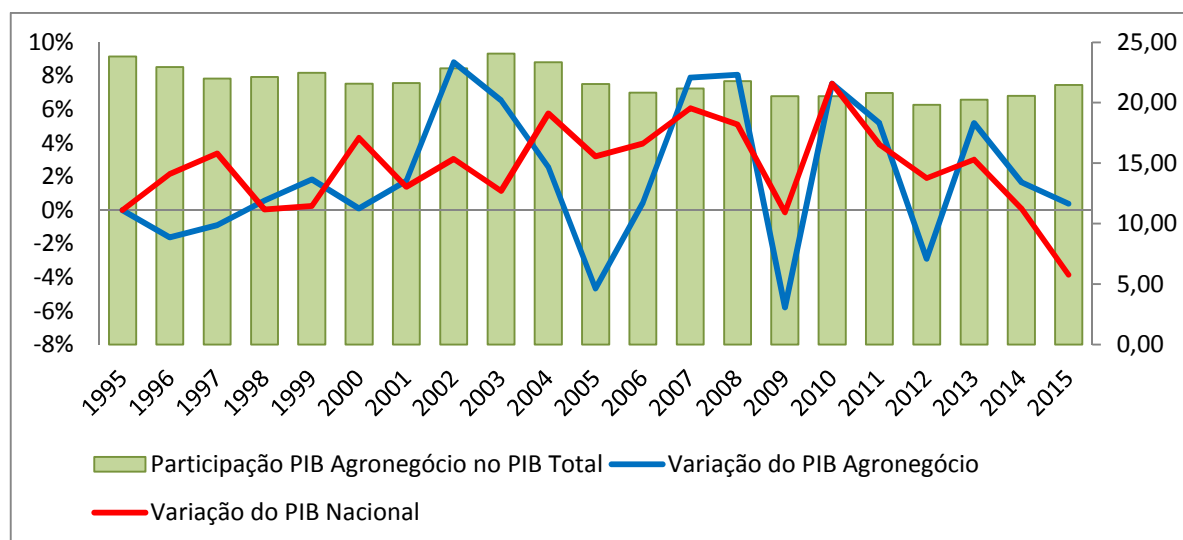
Os agricultores familiares demonstram ser mais eficientes no uso do crédito rural que os agricultores patronais, pois produzem mais com menos recursos do crédito rural (GUANZIROLI, 2000, p. 17).

Guanziroli (2000) abordou que no período de agosto/1995 a julho/1996 o valor despendido pelos produtores familiares em investimentos responderam por 32% do total de investimentos realizados no país, provenientes, principalmente, dos estados do Sul e Sudeste, que respondem juntos por 67,4% dos investimentos realizados na nesta safra. O principal destino desses investimentos na região Sul do país foi para a aquisição de máquinas e

benfeitorias, com 25,2%, seguido pela formação de novas plantações, 26,2%. (GUANZIROLI, 2000)

Em relação à evolução do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e do Produto Interno Bruto do agronegócio no país, o Gráfico 1 ilustra as variações no período de 1995 a 2015 que ambos os produtos apresentaram. O PIB do agronegócio apresentou grandes variações no neste período, tendo variações maiores que as do PIB total do país, como em 2002 e 2007 devido à apreciação do câmbio, mas também apresentando grandes variações negativas como em 2005, 2009 e 2012. Em termos de sua participação frente ao PIB nacional, ele permaneceu por todo o período variando entre os 20% e 25%, ou seja, o PIB do agronegócio durante o período chegou ao máximo a compor um quarto do PIB nacional. Desde o ano de 2013 ambos os produtos apresentaram variações negativas, que se estendem até o ano de 2015.

Gráfico 1 - Evolução do PIB do Brasil e do Agronegócio Nacional entre 1995 a 2015.



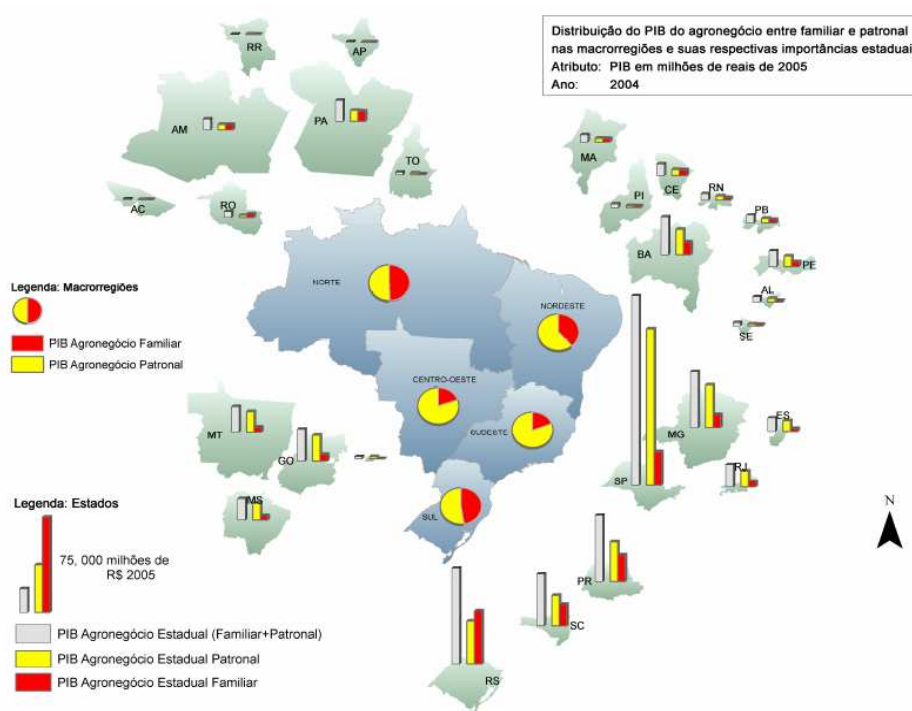
Fonte: IBGE (2016) e CEPEA (2016). Elaboração própria.

Em termos de localização, a Figura 1 ilustra a participação das categorias Familiar e Patronal pelo país no ano de 2005. Foi possível notar claramente que a agricultura patronal destacou-se no Sudeste, principalmente no estado de São Paulo que possuiu uma agricultura vigorosa na produção de cana, café e fruticultura. Já a produção familiar notoriamente tem seus traços marcados nas regiões Norte, Nordeste e Sul do país. Na região Norte e Nordeste a agricultura diferenciou-se do Sul, caracterizadas como atrasadas e de subsistência, mantida pela falta de emprego nos centros urbanos. Enquanto que na região Sul, a produção foi uma das maiores do país. O Estado do Rio Grande do Sul foi destaque em 2004, possuía uma

grande quantidade de produtores familiares e concentrou 44% do PIB do agronegócio, diversificando seus segmentos como produções de fumo, produções trigo, soja e arroz. Para Guilhoto *et al* (2007, p. 10) o êxito do Estado do Rio Grande do Sul esteve na

[...] forma de colonização e a herança cultural de povos europeus capacitaram os produtores a desenvolverem formas de associativismo, permitindo que pequenas unidades produtoras pudessem competir com propriedades maiores. Estas propriedades, praticamente, têm o mesmo potencial de absorção tecnológica das patronais, o que as torna produtivas.

Figura 1- PIB total, patronal e familiar do agronegócio, e participação patronal e familiar segundo os estados da federação, 2004.



Fonte: GUILHOTO *et al* (2007). A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados (p. 10).

Quanto à distribuição da propriedade de terra o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA estabeleceu que os imóveis rurais fossem classificados de quatro formas:

- Minifúndio** – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal;
- Pequena Propriedade** - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
- Média Propriedade** - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;
- Grande Propriedade** - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais. (INCRA, 2016)

² Dados extraídos do último Censo Agropecuário utilizado.

No entanto, o tamanho de um módulo fiscal poderia variar de acordo com o município em que ele for utilizado. Pela tabela disponibilizada pelo INCRA, pode-se observar que o valor do módulo fiscal varia entre 18 hectares e 70 hectares. (INCRA; 2013)

A Tabela 2 explana os dados dos Censos de 1995 e 2006, sendo possível a partir destes dados, determinar através das informações do parágrafo anterior que o Brasil se caracterizou como um país de Minifúndios e de Pequenas propriedades, pois ao somar o percentual de municípios com menos de 10ha com o percentual de municípios entre 10ha e 100ha no censo de 2006, cerca de 80% dos estabelecimentos possuía menos de 100 hectares. No entanto, tornou-se necessário observar que cada região possui quantidades de hectares diferentes para um módulo fiscal, sendo assim, enquanto que uma região possui um módulo equivalente a 70 ha e outra um módulo equivalente a 18 ha, suas classificações podem ser diferentes.

Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003, p. 322) destacaram que está distribuição de pequenas propriedades não foi benéfica a população:

A má distribuição da propriedade da terra é o traço mais marcante e, ao mesmo tempo, a principal distorção da estruturação fundiária no Brasil. Entre os agricultores familiares, um número significativo é proprietário de um lote menor que 5 ha, tamanho que, na maior parte do país, dificulta, senão inviabiliza, a exploração sustentável dos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 2- Percentual de Estabelecimentos por intervalo de área segundo Censos de 1995 e 2006.

Região	Menos de 10 ha		10 a 100 ha		100 a 1000 há		Mais de 1000 ha	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Norte	30,2	26,6	48,7	48,2	18,8	16,9	1,8	1,8
Nordeste	67,5	61,1	26,0	26,5	5,4	4,7	0,4	0,3
Sudeste	34,1	42,7	51,0	44,6	14,0	10,0	0,8	0,7
Sul	37,7	40,4	55,4	51,2	6,4	6,0	0,5	0,5
Centro-Oeste	13,4	16,5	45,8	51,9	32,4	24,1	8,4	6,4
Brasil	49,4	47,9	39,4	38,1	9,7	8,2	1,0	0,9

Fonte: IBGE, 2016. Elaboração Própria.

Ainda, Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003) ressaltaram que em diversas regiões do país, os agricultores enfrentaram problemas como disponibilidade de capital de giro e recursos para investimentos. Sendo que apesar de pouco comentado, as famílias agrícolas possuíam sistemas produtivos modernos. As famílias não eram auto-suficientes e necessitavam de recursos de terceiros para que conseguissem produzir de maneira eficaz, sustentável e rentável, mantendo-se competitiva na produção.

Com base na dependência citada anteriormente, os autores Buainain, Romeiro e Guanzioli (2003) destacaram mudanças nas variáveis tecnológicas da Agricultura Familiar de 1996 para 2006. Por um lado aumentou-se em 4,21% a dependência técnica devido ao uso mais intenso de maquinários e ferramentas modernas, no entanto, diminuiu-se cerca de 19% o uso da força manual devido a sua substituição por máquinas. Também houve uma queda de 8,45% na relação dos agricultores associados às cooperativas. Esses dados podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3 - Proporção dos agricultores familiares que usam componentes relativos à modernização da agricultura de 1996 e 2006 .

Variáveis selecionadas	1996 (%)	2006 (%)	Variação
Utiliza assistência técnica	16,67	20,88	4,21%
Associado à cooperativa	12,63	4,18	-8,45%
Usa energia elétrica	36,63	74,10	37,47%
Usa força animal	22,67	38,75	16,08%
Usa força mecânica	27,50	30,21	2,71%
Usa força manual	49,83	31,04	-18,79%
Usa irrigação	4,92	6,23	1,31%
Usa adubos e corretivos	36,73	37,79	1,06%

Fonte: IBGE, 2016. Elaboração Própria.

Segundo a Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário a Agricultura Familiar cresceu e ganhou segurança nos últimos anos devido à maior presença de políticas públicas, na Cartilha do Plano Safra 2016/2017 o governo federal apostou que:

Com mais políticas públicas chegando ao rural brasileiro, os agricultores e as agricultoras familiares têm conquistado segurança, respeito e autonomia. A agricultura familiar desempenha um papel central na estratégia de superação da fome e na segurança alimentar do País, sendo a principal produtora de comida para o campo e a cidade (MDA, 2016).

Foi notória a percepção da trajetória árdua que a Agricultura Familiar presenciou; no entanto, após ações de sindicatos dos agricultores e da luta da sociedade agricultora, as condições de vida foram melhorando, no sentido de que com mais máquinas e equipamentos substituiu-se o desgaste humano na produção. Ainda ressalta-se as modificações na década de 1990 com políticas públicas mais amplas, abrangendo um número maior de agricultores.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS: O PRONAF

Partindo do pressuposto que as políticas públicas formam um aglomerado de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, visando assegurar o direito de cidadania, entendeu-se que elas foram “direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas”. Essa foi a concepção que a Secretaria do Meio Ambiente do Paraná atribui as Políticas Públicas. (SEMA-PR, 2016)

Nas palavras de Heidemann (2009, p. 29), a política pública “é entendida com ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, para resolver questões gerais e específicas da sociedade”. Em seu pensamento a palavra ‘política’ poderia apresentar três significados para sua nomenclatura, primeiro ela referiu-se a tudo aquilo que engloba a vida em sociedade e em organizações, por segundo utilizada por indivíduos que possuíam a intenção de conquistar/manter o poder e em terceiro a política foi a arte de governar e realizar o bem público.

Dessa maneira, as políticas públicas buscaram primordialmente satisfazer as demandas sociais que estavam em situação de vulnerabilidade, como também fomentaram o desenvolvimento através de emprego e renda, tornando-se um dispositivo de utilidade do governo para intervir na economia e na sociedade, como, por exemplo, na agricultura. As políticas agrícolas atuaram na infraestrutura, tecnologia e na relação entre o mercado agropecuário e os agricultores. Conduzindo as condições de comercialização, financiamento, preço dos produtos e incentivos fiscais, contribuindo para o desenvolvimento da região e dos produtores (HENING; SANTOS, 2016).

No Brasil, Bianchini (2015, p. 16) abordou que a política de crédito foi um grande instrumento de fomento no período de modernização ocorrido após em 1960. A Lei nº 4.504 de 30.11.1964, conhecida como Lei do Estatuto da Terra, regulou “os direitos e as obrigações dos proprietários de imóveis rurais para fins de execução da Reforma Agrária e para a promoção da Política Agrícola”. Após este momento, houve também a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965, a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1972 e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) em 1974.

A partir destas perspectivas, o principal programa de política pública agrária, o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF) nasceu com objetivo

de fornecer aos pequenos agricultores familiares o crédito Rural que desproviavam para sua manutenção no campo. Sendo o PRONAF uma política distinta de outras, que propiciou ao agricultor linhas de crédito orientadas a cada problema ou dificuldade que precise de auxílio para solucionar.

Em um cenário de mudanças sociais no ano de 1994, viu-se emergir o primeiro programa de fomento a Agricultura Familiar, o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE), com o objetivo de “destinar um volume de crédito com taxas de juros mais acessíveis aos agricultores familiares (MATTEI, 2007, p.145)”. Os critérios necessários para que os produtores tivessem acesso ao programa limitou-os a posse de no máximo 4 módulos fiscais, ter a renda com origem na agricultura e não ter empregados fixos, no entanto, em 1995 com o governo de Fernando Henrique Cardoso o PROVAP deu lugar ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, e desde então vem sendo a principal forma de política pública que o governo federal tem ofertado. Após a implantação do Manual Operacional do PRONAF em 1999, os seus objetivos passaram a ser:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) viabilizar a infra-estrutura necessária a melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (MATTEI, 2007, p.145).

O PRONAF foi à primeira conquista dos pequenos produtores rurais após diversas demandas do campo. Ele trouxe consigo o dever de dinamizar o espaço rural, construir infraestruturas necessárias e disponibilizar o financiamento de crédito aos agricultores. Direcionando a categoria ao aumento da produtividade e a melhoria das condições de vida desta população (HENING; SANTOS; 2016).

A Tabela 4 explana o volume da produção agrícola do país anteriormente a criação do PRONAF e como foi seu desempenho com a atuação do programa.

Tabela 4 - Evolução da produção agrícola brasileira antes e durante o PRONAF, de 1990 a 2015 (em milhões R\$).

	Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Antes do PRONAF	1990	1.723	88	338	655	505	138
	1991	8.740	483	1.934	3.388	2.196	739
	1992	103.777	4.364	20.949	42.747	28.398	7.320
	1993	2.112	122	377	892	553	168
1ª Fase do PRONAF	1994	27.501	1.553	4.698	10.609	7.785	2.856
	1995	28.776	1.870	5.644	9.587	8.712	2.963
	1996	29.938	1.592	4.870	10.553	9.365	3.558
	1997	34.408	1.555	5.542	12.012	10.726	4.573
	1998	37.606	1.814	5.596	13.387	11.808	5.001
	1999	40.555	2.208	6.052	13.071	13.125	6.099
2ª Fase do PRONAF	2000	45.160	2.191	7.268	14.641	13.474	7.586
	2001	53.866	2.164	7.708	17.894	17.218	8.882
	2002	74.486	2.994	11.727	24.283	21.824	13.658
Governo Lula	2003	99.821	3.969	13.574	27.131	34.770	20.376
	2004	111.226	4.103	15.351	31.421	34.445	25.906
	2005	95.555	4.166	14.262	30.804	24.407	21.915
	2006	99.000	4.108	15.495	36.155	27.299	15.942
	2007	116.584	4.767	17.466	37.987	34.850	21.513
	2008	148.792	5.792	22.396	43.547	46.059	30.997
	2009	141.450	5.973	21.512	42.780	40.906	30.280
	2010	154.181	7.076	22.391	50.330	44.233	30.152
Governo Dilma	2011	195.495	8.327	28.008	64.721	51.803	42.636
	2012	203.955	9.416	26.661	67.631	49.249	50.998
	2013	232.469	11.677	27.895	67.105	68.650	57.142
	2014	251.317	13.044	33.264	69.216	71.529	64.264
	2015	265.488	14.129	33.704	72.692	75.065	69.897

Fonte: IBGE, 2016. Elaboração própria.

Na primeira fase do PRONAF, no qual ele era gerido pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), período de 1996 a 2000, o volume total de recursos destinado ao programa foi de 6 bilhões de reais em um total de 2,3 milhões de contratos, a média dos contratos para o período foi de R\$ 2.597, sendo que a maior média por contrato no período foi em 1997, conforme Tabela 5.

Tabela 5 - Desempenho do PRONAF em sua primeira fase de 1997 a 1999.

Safra	Média dos contratos por Safra (R\$)	Crédito utilizado (em milhões R\$)	Número de Contratos (em mil)	Variação dos contratos em relação a Safra anterior
1996/97	1.935	600	310	-
1997/98	3.571	1.500	420	35,5%
1998/99	2.774	1.870	674	60,5%
1999/2000	2.251	2.100	933	38,4%
TOTAL	2.597	6.070	2.337	

Fonte: Dados extraídos de BIANCHINI, 2015. Elaboração própria.

Ainda em 1999, com o início do Segundo Governo do Fernando Henrique Cardoso o programa deixou de fazer parte do MAPA e passou a ser do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), quando se criou a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) propiciando um espaço ainda maior a essa categoria. Neste mesmo ano, através de uma resolução do Banco Central³ ficou estabelecido que fosse necessário diferenciar o atendimento aos agricultores do PRONAF, passando a serem divididos em quatro grupos.

O grupo “A” é formado por assentados da Reforma Agrária e também pelos beneficiários do Crédito Fundiário.
 O grupo “B” é constituído por agricultores com renda bruta familiar abaixo da Linha de Pobreza estabelecida no ano, em R\$1.500.
 O grupo “C” é composto por agricultores familiares em transição com baixo nível de capitalização e renda bruta familiar entre R\$1.500,00 e R\$8.000.
 O grupo “D” é compreendido por agricultores familiares mais capitalizados ou em início de capitalização, com renda bruta familiar entre R\$8.000 e R\$27.500. (BIANCHINI; 2015, p. 33)

Após a mudança do Ministério e a criação do Manual Operacional em 1999, os critérios para o agricultor enquadrar-se no PRONAF e nas demais políticas públicas disponibilizadas pelo governo eram: 80% da sua renda familiar originária da atividade agropecuária, utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar com até dois empregados, residirem no imóvel, possuir renda máxima anual de até R\$ 27.500,00 e possuir em área o tamanho de até 4 Módulos Fiscais. O Programa se dividia em três modalidades, Crédito Rural, Infraestrutura e Serviços e na área de Capacitação e Profissionalização dos agricultores (MATTEI, 2007).

³ Resolução nº 2629 de 10.08.1999 do Banco Central do Brasil. “Altera e consolida as normas aplicáveis aos financiamentos rurais ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Em comparação com a primeira fase, o segundo período de 2000 a 2003, teve um aumento no volume de crédito concedido, no entanto, uma queda acumulada de 13,2% na quantidade de beneficiários do programa. O valor médio por contrato aumentou em relação ao período anterior para R\$ 2.758 por contrato. Estes resultados estão analisados na Tabela 6.

Tabela 6 - Desempenho PRONAF em sua segunda fase de 2000 a 2002.

Safra	Média dos contratos por Safra (R\$)	Valor liberado pelo MDA (em milhões R\$)	Valor Utilizado (em milhões R\$)	Número de Contratos	Varição dos contratos em relação a Safra anterior
2000/01	2.552	4.130	2.164	847.402	-9,2%
2001/02	2.902	4.190	2.400	827.099	-2,4%
2002/03	2.826	4.190	2.300	814.052	-1,6%
TOTAL	2.758	12.510	6.864	2.488.553	13,2%

Fonte: Dados extraídos de BIANCHINI, 2015. Elaboração própria.

A partir de 2003 com a mudança do governo para Luiz Inácio Lula da Silva, iniciaram-se alterações importantes no programa. Uma das medidas tomadas foi a criação de um conjunto de políticas agrícolas e sociais que seriam formuladas no início de cada safra. A Tabela 7 destaca a evolução do PRONAF a partir deste novo governo.

Tabela 7 - Desempenho do PRONAF em sua terceira fase no período de 2003 a 2015.

Safra	Média dos contratos por Safra (R\$)	Valor liberado pelo MDA (em milhões R\$)	Valor Utilizado (em milhões R\$)	Número de Contratos	Varição dos contratos em relação a Safra anterior
2003/04	3.205	5.400	3.500	1.091.850	34,2%
2004/05	2.690	7.500	4.600	1.710.000	56,7%
2005/06	2.513	9.000	6.400	2.546.517	48,9%
2006/07	3.061	10.000	7.121	2.326.178	-8,7%
2007/08	4.725	12.000	8.100	1.713.962	26,3%
2008/09	6.697	13.000	10.400	1.552.844	-9,4%
2009/10	7.187	15.000	12.600	1.752.988	12,9%
2010/11	8.317	16.000	13.300	1.598.920	-8,8%
2011/12	9.617	16.000	15.300	1.591.191	-0,5%
2012/13	8.688	18.000	18.600	2.141.262	34,6%
2013/14	11.712	21.000	22.300	1.903.524	-11,1%
2014/15	12.586	24.100	23.900	1.899.423	-0,3%
TOTAL	6.693	167.000	146.121	21.828.659	174,8%
2015/16		28.900	-	-	

Fonte: Dados extraídos de BIANCHINI, 2015. Elaboração própria.

Nota-se que a cada nova safra o valor médio por contrato aumentou, em comparação com a fase anterior a média passa para R\$ 6.693 por contrato, este resultado é devido ao aumento do volume de recursos utilizados, associado a um aumento menor no número de beneficiários.

De 2003 a 2006, período do primeiro Governo, o número de beneficiários aumentou 113%, em contrapartida no segundo período, de 2007 a 2010, esse número aumento apenas 21%, se mantendo próximo a 1.6 milhões de contratos. Em 2011 houve mudança de governo federal, deste ano a 2014, o número de contratos do programa o aumento foi de 22,7%, A última safra ainda não possui dados quanto ao total de contratos e volume dos recursos, no entanto, o volume total disponibilizado pelo MDA foi de 28.9 bilhões de reais.

Na Safra de 2015/16, a estratificação das categorias familiares ainda se mantém, no entanto, houveram modificações quanto ao limite disponível, taxas de juros e bonificação, comparada a do início da administração pelo MDA em 2000. A Tabela 8 apresenta estes dados extraídos do Banco Central.

Tabela 8 - Estratificação das Categorias de Agricultores Familiares conforme a Renda Bruta Anual em 2015.

Grupo Descrição	Renda bruta anual de até (em mil R\$)	Juros % ao ano	Limite Financiamento para (em mil R\$)		Prazo de Pagamento para (anos)		Desconto
			Custeio	Investimento	Custeio	Investimento	
A Assentados pelo PNRA ⁴	-	0,5	-	25.000,00	-	10	40 %
B Agricultores familiares	20.000	0,5	4.000,00	4.000,00	2	2	40 %
A/C Assentados pelo PNRA	-	1,5	7.500,00	-	2	-	Não se aplica
D Agricultores Estabilizados	360.000,00	Até 5,5	100.000	150.000,00		Até 4	Não se aplica

Fonte: BCB, 2016. Elaboração própria.

Baseando-se na segmentação das categorias de acordo com a renda bruta anual o programa distribuiu a quantia máxima obtida para custeio e investimentos, agricultores oriundos da reforma agrária, grupos A e A/C, não possuíam exigência de renda bruta anual, no entanto, o grupo “A” apenas possuiu o direito de financiamento para investimento à uma taxa de juros de 0,5% ao ano e um prazo de 10 anos para o pagamento do valor emprestado, já o grupo “A/C” apenas pode fazer financiamento para custeio com taxa de juros de 1,5% ao ano e prazo de pagamento de 2 anos.

⁴ PNRA: Programa Nacional de Reforma Agrária

A segunda categoria “B” composta por agricultores que possuíam uma renda bruta anual de até vinte mil reais poderiam solicitar financiamento para custeio e investimento a uma taxa de 0,5% ao ano com prazo de pagamento de até dois anos para cada modalidade de financiamento. A última categoria “D” foi destinada a médios e grandes agricultores que poderiam solicitar financiamento para custeio e investimento a uma taxa de até 5,5% ao ano e um prazo de pagamento de até três anos.

Saliento ainda que o grupo D é formado por agricultores que possuem até quatro módulos fiscais, que residam no estabelecimento e utilizam somente do trabalho familiar no estabelecimento. Além disso, para permanecer beneficiário do PRONAF o agricultor na Safra de 2015 deveria possuir uma renda bruta anual de no máximo R\$ 360 mil reais. (BCB, 2016)

Considerando o desempenho do PRONAF no período da última Safra, julho/2014 a junho/2015, a Tabela 9 destaca a distribuição do volume de recursos nas regiões do país. A região Sul possuiu um volume de recursos consideravelmente maior que as demais, mesmo não sendo a região que apresentou a maior quantidade de beneficiários, cujo fator esteve ligado a região possuir uma categoria de agricultores familiares com renda mais elevada, sua média de recurso por contrato não é a maior do país. A região Centro-Oeste, caracterizada por grandes áreas produtivas, tem um valor médio por contrato de 29 mil reais, resultado bem maior que a média nacional de 12.655. Em contraste, a região nordeste do país, com grande quantidade de pequenas propriedades, tem valor médio por contrato de R\$ 3.797, como pode ser observado na Tabela 9.

Tabela 9 - Desempenho do PRONAF por região no período de jul/14 a jun/15

Região	Valor médio por contrato (R\$)	Número de Contratos	Volume de Recursos (R\$)
Centro-Oeste	29.340	62.719	1.840.221.040
Nordeste	3.797	913.021	3.467.105.400
Norte	20.365	87.886	1.789.873.068
Sudeste	16.965	287.379	4.875.438.641
Sul	22.237	534.814	11.892.920.199
TOTAL	12.655	1.885.819	23.865.558.348

Fonte: BCB, 2016. Elaboração própria.

Considerando a estratificação apresentada pelo Bianchini (2015), a Tabela 10 apresenta a evolução do limite da renda máxima de cada categoria condicionada pelo PRONAF para a obtenção dos contratos de financiamento. Em seus primeiros anos, nas safras

de 1995 e 1996, os financiamentos eram disponibilizados pelas regras do PROVAPE, e nas duas safras seguintes, de 1997 e 1998, passou a ser imposto o limite de renda para obter financiamento pelo PRONAF, a renda de oito mil reais para qualquer agricultor rural, dado que a estratificação por classe ainda não tinha sido formada.

Em 1999 com a implantação do Manual Operacional do PRONAF, estabeleceu-se a estratificação de grupos em A, B, C, D e E. O grupo A composto por assentados da reforma agrária não possuíam limite. O grupo B no decorrer do período foi apresentando limites crescentes, com variações em safras próximas a novos governos, como em 2003 e 2012. Os grupos C e D tiveram aumento mais frequente no limite da renda, sendo a maioria desses aumentos ocorrendo em safras semelhantes. A existência do grupo E deu-se apenas no período das safras de 2004 a 2007. A contar do ano de 2008, as três últimas categorias foram transformadas em uma única, com limite de renda bruta anual de 110 mil reais, sendo que desde a safra de 2013 este valor triplicou passando para 360 mil reais.

Tabela 10 - Histórico do limite da renda bruta por categoria do PRONAF no período de 1995 a 2014.

Safra	Grupo				
	A	B	C	D	E
1995/96			Critérios do PROVAPE		
1996/97			Critérios do PROVAPE		
1997/98			8.000		
1998/99			8.000		
1999/00		1.500	8.000	27.500	-
2000/01		1.500	8.000	27.500	-
2001/02		1.500	8.000	27.500	-
2002/03		1.500	10.000	30.000	-
2003/04		2.000	14.000	40.000	-
2004/05	Sem limite de	2.000	14.000	40.000	60.000
2005/06	crédito.	2.000	14.000	40.000	60.000
2006/07		3.000	16.000	45.000	80.000
2007/08		4.000	18.000	60.000	110.000
2008/09		5.000		110.000	
2009/10		6.000		110.000	
2010/11		6.000		110.000	
2011/12		6.000		110.000	
2012/13		10.000		160.000	
2013/14		20.000		360.000	
2014/15		20.000		360.000	

Fonte: MDA, 2016. Elaboração própria.

Observou-se ainda que a manutenção da categoria B manteve-se individualizada nessa evolução do programa, podendo estar associada ao que Guanzioli (2007, p.309) abordou como medida do governo, de “[...] políticas diferenciadas para diferentes categorias da Agricultura Familiar, privilegiando com crédito de infraestrutura aos agricultores em transição e com políticas agrárias e sociais aos periféricos, que deveriam em função disso, tentar ascender à categoria B”.

Além da estratificação, Bianchini (2015) também apresentou o limite disponível para financiamento por categoria. No site do MDA, entidade responsável pelo programa, não houve uma série histórica por categoria, apenas uma evolução do limite de financiamento para custeio e investimento. A Tabela 11 apresenta essa evolução, o limite de crédito ao produtor para financiamento de custeio que apresentou grande aumento na safra de 2004 e 2010. Já para financiamento para investimento da propriedade produtiva, os aumentos ocorreram em 2004 e 2008.

Tabela 11 - Histórico do Limite de Custeio e Investimento do PRONAF.

Safra	Limite Custeio	Limite Investimento	Safra	Limite Custeio	Limite Investimento
1995/96		10 mil	2005/06		
1996/97			2006/07	28 mil	54 mil
1997/98			2007/08		
1998/99			2008/09	30 mil	100 mil
1999/00	5 mil	15 mil	2009/10	40 mil	
2000/01			2010/11	50 mil	
2001/02			2011/12		130 mil
2002/03			2012/13	80 mil	
2003/04	6 mil	27 mil	2013/14	100 mil	150 mil
2004/05	28 mil	54 mil	2014/15		

Fonte: MDA, 2016. Elaboração própria.

Análises como a de Guanzioli (2007) e de Bianchini (2015) que buscaram apresentar um panorama do PRONAF nos últimos anos, apontam que seu lançamento propiciou a melhora na renda monetária e contribuiu na ampliação da capacidade produtiva dos agricultores familiares, aumentando a área de produção e diminuindo a dependência de alimentos vindos de fora da unidade produtiva.

No mesmo sentido, os autores Oliveira e Filho (2013) apontam que o PRONAF é destinado ao financiamento de projetos individuais e coletivos com o objetivo de reproduzir

na sociedade efeitos positivos no desenvolvimento rural. Ainda argumentam que o PRONAF se destaca dentre as demais políticas públicas oferecidas à agricultura brasileira por possuir as mais baixas taxas de juros de financiamentos e pela sua diversidade nas linhas de crédito. Dentre as linhas de crédito disponibilizadas pelo programa estão: Custeio, Investimento, Microcrédito Rural, PRONAF Mais alimentos entre outros citados no Quadro 2. Quanto aos agentes financeiros que operacionalizam o crédito ao programa estão o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia e demais bancos vinculados.

Quadro 2 - Linhas de Crédito do PRONAF disponibilizadas pelo MDA na última Safra 2015/2016.

Linha de Crédito	Descrição da Linha de Crédito
Pronaf Custeio	Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf.
Pronaf Mais Alimentos (Investimento)	Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.
Pronaf Agroindústria	Linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.
Pronaf Agroecologia	Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
Pronaf Eco	Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.
Pronaf Floresta	Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.
Pronaf Jovem	Crédito para atender as necessidades de investimento de jovens agricultores e agricultoras
Pronaf Semiárido	Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.
Pronaf Mulher	Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.
Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
Pronaf Cota Parte	Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.
Pronaf Micro Crédito Rural	Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

Fonte: MDA, 2016. Linhas de Crédito PRONAF.

Oliveira e Filho (2013, p. 33) identificaram que o maior entrave no PRONAF ocorreu na operacionalização através da uniformização do seu público beneficiário, pois o programa ao “adotar critérios uniformes de enquadramento, num país heterogêneo como o Brasil automaticamente contribui para o aprofundamento das desigualdades e resulta na delimitação do seu público alvo”, pois um problema de uma região não seria o mesmo que demais regiões, o que não requereria a mesma solução.

Assim como os autores acima, Bianchini (2015) apontou à necessidade de adequação do PRONAF as diversidades de cada região, ampliando o número de contratos para região Norte e Nordeste, o número de beneficiários atendidos pelo PRONAF no país, melhorando a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e aumentando a participação da Agricultura Familiar no volume de crédito rural disponibilizado.

As políticas públicas possibilitam o desenvolvimento e aprimoramento da Agricultura Familiar. O PRONAF, fruto desse desenvolvimento, gerou para a economia o aumento da produção dos agricultores, dado que houve o aumento do valor médio de contrato de R\$ 1.935 em 1996 para R\$ 12.586 em 2014, aumento de seis vezes seu valor médio inicial. Neste capítulo os resultados apresentados mostraram o aumento do crédito, de R\$ 600 milhões em 1996 para R\$ 28.900 milhões em 2014, e do número de pronafianos a cada nova safra, com uma variação acumulada de 1996 a 2014 de 296%. Além disso, as linhas de crédito disponíveis aos agricultores familiares também foram de desenvolvendo no decorrer do período.

4 METODOLOGIA

Este trabalho inicialmente foi elaborado por meio de um estudo comparativo sobre a Agricultura Familiar. O Método comparativo:

“[...] procede pela investigação de indivíduos, classe, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Sua ampla utilização na Economia deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais separados pelo espaço e pelo tempo, como, por exemplo, o estudo dos efeitos de medidas econômicas tomadas pelos governos [...] Também possibilita a análise do desenvolvimento econômico de uma região considerando sua situação em épocas distintas. (Gil, 1990, p. 28)”

Por meio do método comparativo também se possibilitou realizar uma análise do desenvolvimento da Agricultura Familiar no país, em termos da evolução dos estabelecimentos, do Produto Interno Bruto (PIB) e da produção agrícola.

A pesquisa científica teve “o processo de descobrir respostas para os problemas mediante a utilização de procedimentos científicos (GIL, 1990, p.36),” ela pode ser desenvolvida através da pesquisa aplicada, que:

“[...] tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e conseqüências práticas dos conhecimentos. [...] Exemplos de pesquisas desse tipo são aquelas que têm por objetivo identificar a taxa de inflação em determinado período ou a evolução do padrão de vida das famílias em uma região. (GIL, 1990, p. 37)

Para o desenvolvimento do trabalho dividiu-se a pesquisa em três etapas, primeiramente realizou-se uma pesquisa exploratória, Gil (1990, p.38) definiu que esta pesquisa têm como principal finalidade “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias.” Essas pesquisas “envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso”.

Nesta primeira parte definiu-se ideias como o conceito do agricultor familiar, seu método de trabalho e sua caracterização segundo diferentes autores; a descrição do programa e de suas linhas de crédito baseadas nas informações disponíveis no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); um histórico da evolução e de algumas transformações ocorridos no decorrer do período; e algumas críticas e sugestões feitas por alguns autores. O intuito destes capítulos iniciais foi de compreender a trajetória da Agricultura Familiar e a trajetória do PRONAF no país.

A segunda etapa baseou-se na pesquisa descritiva que têm como objetivo primordial:

“[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo.” (GIL, 1990, p. 39)

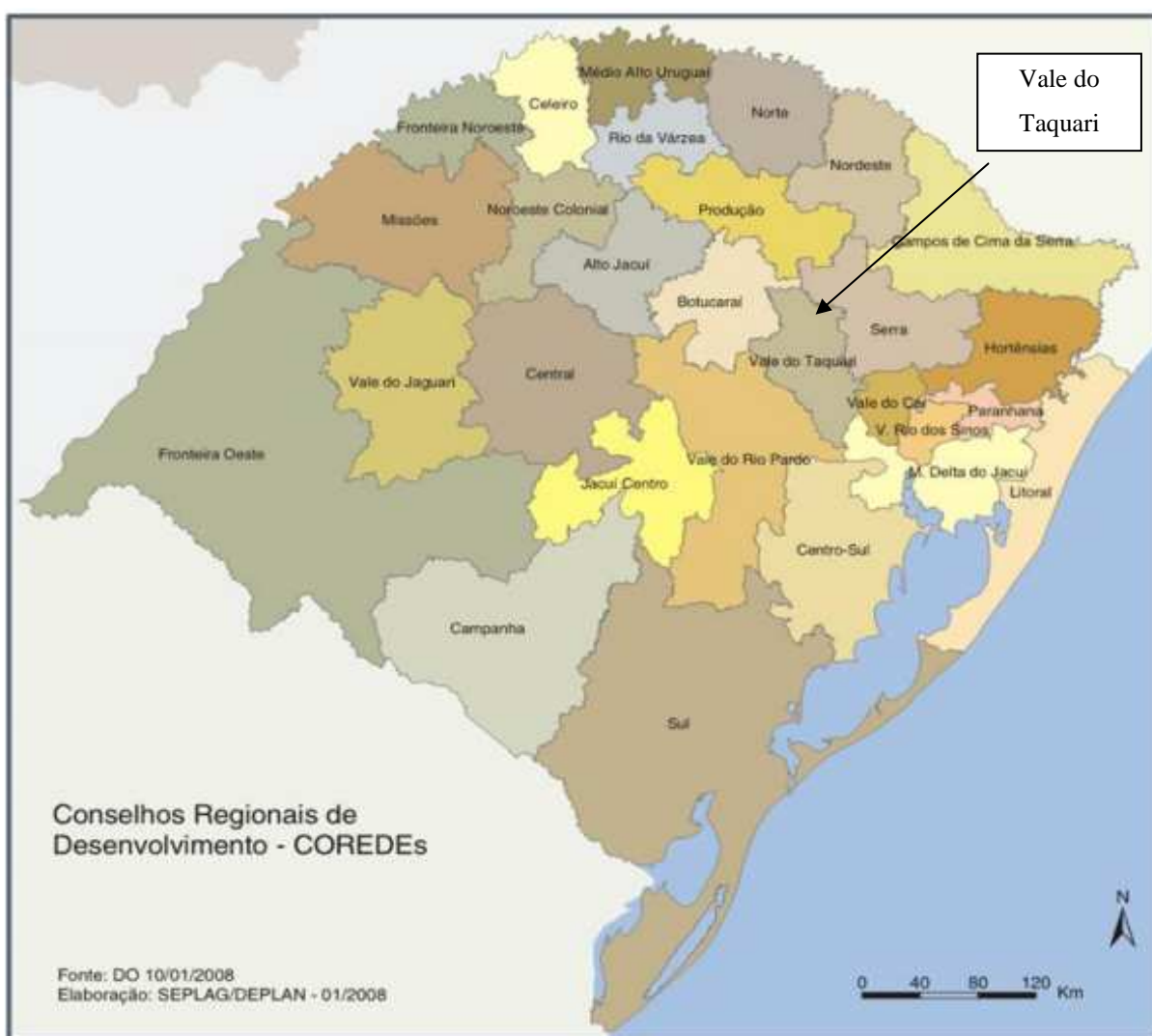
Sendo assim, esta etapa foi baseada no histórico e nas características da região do Vale do Taquari; sua localização; seus dados demográficos, econômicos e agropecuários; com base em informações coletadas através do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Taquari disponível na base de dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE). Além disso, foram apresentadas informações sobre os módulos fiscais dos municípios; evolução dos beneficiários do PRONAF; volume de financiamentos em custeio e investimento; e os produtos que foram financiados pelos recursos do programa, esses dados foram obtidos na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Por fim, a terceira etapa da pesquisa focou na organização dos dados coletados através de tabelas, gráficos e métodos estatísticos simples, podendo ser interpretados, e a partir desse momento realizar uma conclusão da pesquisa quanto a evolução do programa na região e apresentar uma projeção do seu desenvolvimento no futuro.

5 REGIÃO DO VALE TAQUARI

A Região do Vale Taquari localizada na parte central-leste do Estado do Rio Grande do Sul, como pode ser observado na Figura 2, faz divisa ao norte com o Alto da Serra do Botucaraí, a leste com a região da Serra e a região do Vale do Caí e a oeste e sul com a região do Vale do Rio Pardo. Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE) de 2015, a sua extensão territorial é de 4.826,4 km² com uma densidade demográfica de 69,3 hab/km².

Figura 2 - Localização do Vale do Taquari no mapa do estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: CODEVAT (2016).

5.1 Dados Demográficos

O território desta região se divide em 36 municípios. A Figura 3 ilustra a localização de cada município apresentado no Mapa do Vale do Taquari.

Figura 3 - Mapa do Vale do Taquari.



Fonte: FEE (2016).

Segundo o Censo de 2010 o número de habitantes desta região era de 327.723, que se dividiu em população urbana e rural. A Tabela 12 apresentou a divisão da população urbana e rural de cada município em ordem decrescente, sendo possível observar o município de Lajeado como pólo do Vale do Taquari com 21,8% da população total, podendo destacar-se também outras cidades com população relevante, como Estrela, Taquari e Teutônia. (FEE, 2016)

Complementando a Tabela 12, observou-se que dos 36 municípios da região, 21 municípios o número de habitantes residentes em zona rural era maior que os residentes em zona urbana, o que representa cerca de 60% dos municípios. No que se refere ao total de habitantes do Vale do Taquari, 26% da população da região residem na zona rural, representando 85.731 habitantes e 74% estão domiciliados em área urbana.

Tabela 12 –População urbana e rural de cada município do Vale do Taquari nos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

MUNICÍPIO	URBANA		RURAL		TOTAL	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Anta Gorda	1.821	2.331	4.506	3.742	6.327	6.073
Arroio do Meio	12.735	14.663	4.216	4.120	16.951	18.783
Arvorezinha	5.377	6.273	4.885	3.952	10.262	10.225
Bom Retiro do Sul	8.279	9.162	2.509	2.310	10.788	11.472
Canudos do Vale	-	411	-	1.396	-	1.807
Capitão	857	1.147	1.708	1.489	2.565	2.636
Colinas	1.027	1.105	1.435	1.315	2.462	2.420
Coqueiro Baixo	-	282	-	1.246	-	1.528
Cruzeiro do Sul	6.172	7.476	5.492	4.844	11.664	12.320
Dois Lajeados	1.214	1.564	2.010	1.714	3.224	3.278
Doutor Ricardo	447	693	1.681	1.337	2.128	2.030
Encantado	16.036	17.879	2.492	2.631	18.528	20.510
Estrela	22.695	25.913	4.706	4.706	27.401	30.619
Fazenda Vilanova	1.178	2.013	1.655	1.684	2.833	3.697
Forquetinha	-	468	-	2.011	-	2.479
Itópolis	1.749	2.207	2.506	1.895	4.255	4.102
Imigrante	1.235	1.499	2.615	1.524	3.850	3.023
Lajeado	60.189	71.180	3.944	265	64.133	71.445
Marques de Souza	1.464	1.545	2.777	2.523	4.241	4.068
Muçum	3.675	4.044	1.053	747	4.728	4.791
Nova Bréscia	1.486	1.511	3.078	1.673	4.564	3.184
Paverama	3.634	4.098	4.110	3.946	7.744	8.044
Poço das Antas	735	861	1.211	1.156	1.946	2.017
Pouso Novo	647	632	1.548	1.243	2.195	1.875
Progresso	1.576	1.873	4.921	4.290	6.497	6.163
Putinga	1.500	1.577	3.129	2.564	4.629	4.141
Relvado	638	734	1.656	1.421	2.294	2.155
Roca Sales	4.571	6.600	4.713	3.684	9.284	10.284
Santa Clara do Sul	1.724	2.855	3.082	2.842	4.806	5.697
Sério	568	530	2.138	1.751	2.706	2.281
Tabaí	1.109	1.246	2.454	2.885	3.563	4.131
Taquari	20.792	21.875	5.095	4.217	25.887	26.092
Teutônia	17.358	23.322	5.533	3.950	22.891	27.272
Travesseiro	827	887	1.522	1.427	2.349	2.314
Vespasiano Correa	336	406	1.873	1.568	2.209	1.974
Westfalia	-	1.130	-	1.663	-	2.793
Total Vale Taquari	203.651	241.992	96.253	85.731	299.904	327.723

Fonte: IBGE, 2016. Elaboração própria.

Com base nos dados disponibilizados pelos Censos Demográficos realizados em 2000 e 2010, a Tabela 13 exibe uma queda de 10,9% da população rural e um aumento de 18,8% da população urbana na comparação de um censo a outro. Esta variação negativa na população urbana pode ser explicada pelo êxodo rural, sendo este a migração da população residente no campo para a cidade. O aumento da população na zona urbana ocorreu em parte pela migração da população no campo, como também devido ao aumento de oportunidades de emprego que a região oferta.

Tabela 13 - Variação da população do Vale Taquari de 2000 à 2010.

Censo	2000	2010	Varição (em %)
Rural	96.253	85.731	-10,9
Urbana	203.651	241.992	18,8
TOTAL	299.904	327.723	2,47

Fonte: IBGE, 2016. Elaboração própria.

Quanto à expectativa populacional, apurou-se para 2010 um total de 335.360 habitantes, quantidade próxima ao nível populacional atingido de 327.723 habitantes. Já para o ano de 2016 o IBGE prevê uma expectativa populacional de 350.288 habitantes, com observação de quedas populacionais para as cidades de Cruzeiro do Sul (-0,9%), Pouso Novo (-2,3%), Sério (-2,9%) e Vespasiano Correa (-0,4%). Da mesma forma, a previsão de aumento populacional para todas as demais, em especial para as cidades de Fazenda Vila Nova (12,2%), Santa Clara do Sul (9,44%) e Teutônia (11,9%), caracterizadas como cidades pequenas. Esses dados podem ser observados na Tabela 14. (IBGE, 2016)

Quanto a Densidade Demográfica o município de Lajeado se destaca no volume de habitantes por km², em 2010 haviam 793 pessoas por quilometro quadrado, outros municípios que também possuem grande população por quilometro quadrado são Arroio do Meio (119), Bom Retiro do Sul (112), Encantado (147), Estrela (166) e Teutônia (153).

Tabela 14 – Previsão populacional para o ano de 2016 por município e Densidade Demográfica de 2010.

Município	2010	2016	Varição Populacional	Densidade Demográfica (hab/km²) 2010
Anta Gorda	6.073	6.216	2,35%	25,00
Arroio do Meio	18.783	20.162	7,34%	118,91
Arvorezinha	10.225	10.605	3,72%	37,64
Bom Retiro do Sul	11.472	12.158	5,98%	112,11
Canudos do Vale	1.807	1.823	0,89%	22,06
Capitão	2.636	2.763	4,82%	35,64
Colinas	2.420	2.499	3,26%	41,46
Coqueiro Baixo	1.528	1.560	2,09%	13,61
Cruzeiro do Sul	12.320	12.215	-0,85%	79,20
Dois Lajeados	3.278	3.424	4,45%	24,58
Doutor Ricardo	2.030	2.074	2,17%	18,72
Encantado	20.510	22.009	7,31%	147,38
Estrela	30.619	32.950	7,61%	166,25
Fazenda Vilanova	3.697	4.148	12,20%	43,60
Forquetinha	2.479	2.523	1,77%	26,49
Ilópolis	4.102	4.205	2,51%	35,22
Imigrante	3.023	3.152	4,27%	41,21
Lajeado	71.445	79.172	10,82%	793,07
Marques de Souza	4.068	4.163	2,34%	32,50
Muçum	4.791	4.998	4,32%	43,20
Nova Bréscia	3.184	3.337	4,81%	30,97
Paverama	8.044	8.461	5,18%	46,80
Poço das Antas	2.017	2.108	4,51%	31,00
Pouso Novo	1.875	1.832	-2,29%	17,60
Progresso	6.163	6.376	3,46%	24,09
Putinga	4.141	4.172	0,75%	20,19
Relvado	2.155	2.191	1,67%	17,46
Roca Sales	10.284	11.040	7,35%	49,29
Santa Clara do Sul	5.697	6.235	9,44%	65,75
Sério	2.281	2.216	-2,85%	22,90
Tabaí	4.131	4.494	8,79%	43,60
Taquari	26.092	27.168	4,12%	74,56
Teutônia	27.272	30.518	11,90%	152,68
Travesseiro	2.314	2.390	3,28%	28,52
Vespasiano Correa	1.974	1.966	-0,41%	17,33
Westfalia	2.793	2.965	6,16%	43,64
Total Vale Taquari	327.723	350.288	6,89%	-

Fonte: IBGE, 2016. Elaboração própria.

5.2 Características da região

Além de dados demográficos é necessário também considerar que fatores como clima e relevo influenciam na atividade agrícola, assim como no desempenho da safra, portanto, torna-se necessário um esboço das características destas variáveis na região do Vale do Taquari. No que se refere ao clima desta região, ela apresenta dois climas mais acentuados, o clima subtropical, considerado como um clima mais chuvoso, e o clima temperado, que apresenta temperatura média anual de 18°C. No relevo foram observadas áreas de Depressão Central Gaúcha, caracterizadas por coxilhas e áreas planas, e o Planalto das Araucárias, áreas de morros com valas e picos. (KREUTZ, 2008)

Ainda quanto a caracterização, Eckhardt et al. (2007) abordou que a rede hidrográfica do Vale do Taquari era ampla e densa. A hidrografia correspondeu a 2,35% da área total da região. O Rio Taquari, considerado como o principal rio da bacia, possuía uma extensão de 156.547,16 m, havendo também demais rios de menor volume de águas.

Na utilização do solo, pode-se observar pela Tabela 15 que a agricultura ocupou quase 29% da área territorial, sobrando 62% a vegetação e campos, e 9% ocupados por águas e áreas urbanas (ECKHARDT et al., 2007).

Tabela 15 - Cenário do uso e cobertura do solo do Vale do Taquari.

Classe de Uso e Cobertura do Solo	Área (km ²)	%
Vegetação Estacional Decidual	1.279,80	26,28
Vegetação Ombrófila Mista	419,51	8,60
Vegetação Energética	339,23	6,97
Vegetação Secundária	656,19	13,46
Campos(nativos e Antrópicos)	338,91	6,96
Agricultura	1.397,98	28,71
Solo Exposto	243,69	5,00
Água	113,96	2,35
Áreas Urbanas	59,03	1,21
Banhados	22,75	0,47
Total	4.869,05	100,00

Fonte: ECKHARDT et al. (2007, p. 5196)

Nota-se que a região é propícia para a agricultura e pecuária, pois possui campos, áreas banhadas por águas e um clima favorável para o cultivo. No entanto, é importante

salientar que a mudança climática é um fator externo a agricultura e que pode influenciar na produção e na atividade a ser produzida. O grupo de pesquisas climáticas da Unicamp ressalta:

[...] A agricultura e a pecuária, enquanto atividades que dependam diretamente das condições ambientais para o seu desempenho, poderão ser duramente afetadas pelas mudanças climáticas, principalmente em regiões de clima tropical. Isto é preocupante para o Brasil por causa da importância do agronegócio para a sua economia e para a sociedade, como um todo (UNICAMP, 2012, s/p).

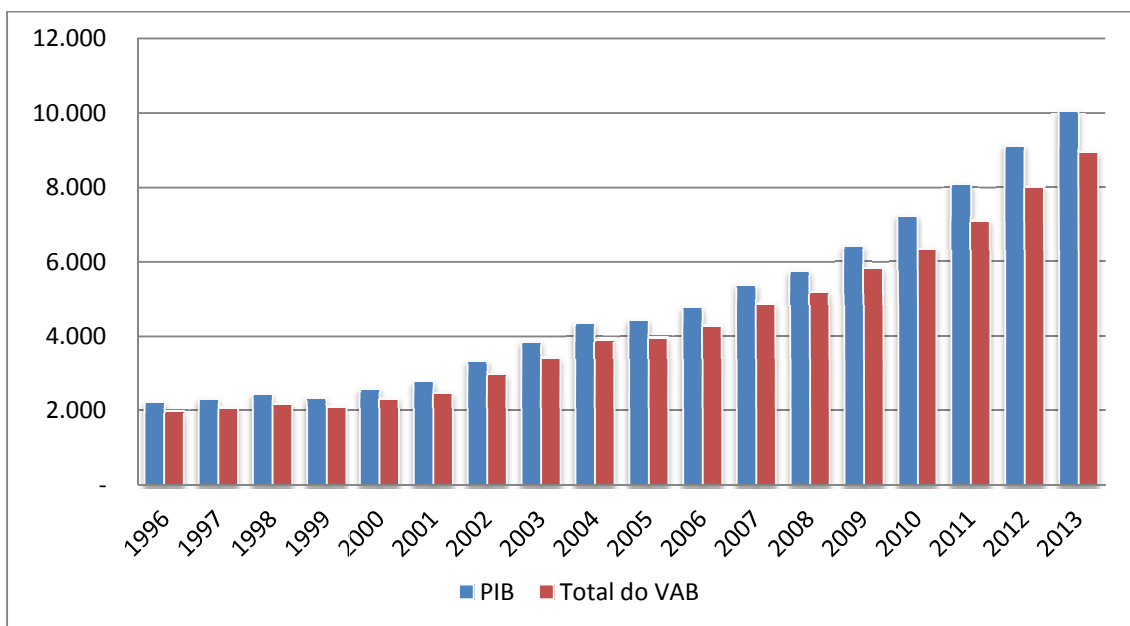
Considerando que a região possui 26% da sua população vivendo em zona rural, grande parte da sua renda e de sua sobrevivência é proveniente do cultivo agrícola e pecuário, as mudanças climáticas que afetam essa produção prejudicam a vida do agricultor, assim como a produção e conseqüentemente a economia da região.

5.3 Dados Econômicos

Esta subseção apresenta dados econômicos dos municípios do Vale do Taquari, destacando o Produto Interno Bruto (PIB), o Valor Adicionado Bruto (VAB) da Indústria, Agropecuária e Serviços, apontando os municípios que apresentaram maior crescimento e para qual atividade a região se direcionou. Por fim compara a renda média rural e urbana dos municípios nos anos de 2000 e 2010.

Inicialmente o Gráfico 2 ilustra uma evolução do PIB no Vale no período de 1996 a 2013, último ano de dados disponibilizados pela FEE (2016). Segundo definições do instituto, o PIB pode ser expresso pela ótica do consumo, resultado da soma dos consumos anuais de bens e serviços, ou pela ótica da renda, sendo a soma das rendas primárias. Neste trabalho foi utilizado o PIB pela ótica da produção, que mediu o total de bens e serviços produzidos pela região, portanto, ele representou a “soma dos valores adicionados brutos pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção.(s/ p.)” O Valor Adicionado Bruto entretanto é o valor que a atividade agregou aos bens e serviços, considerado como uma “contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades”. (IBGE, 2016, s/p.)

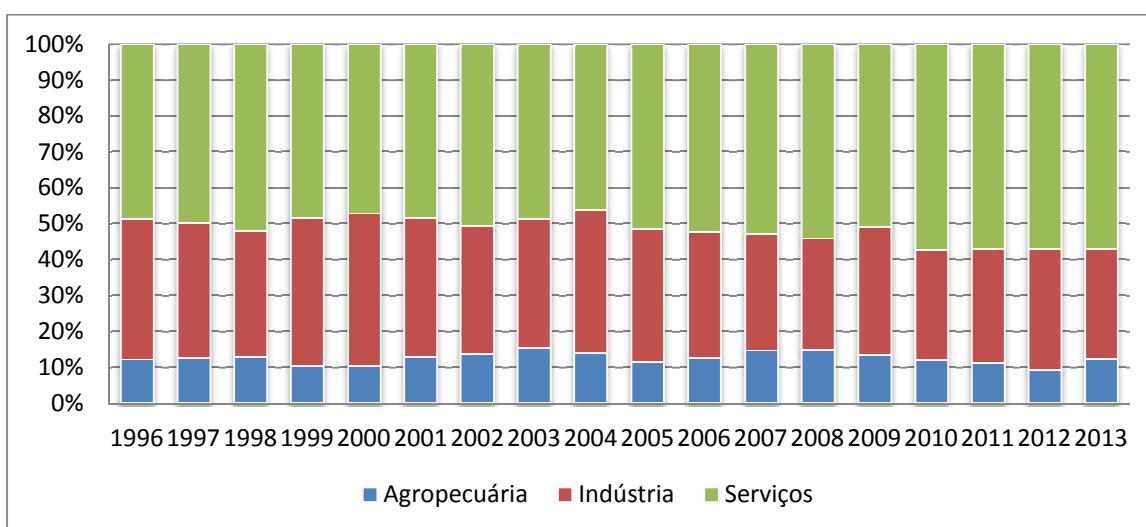
Gráfico 2 - Evolução do PIB e do VAB em milhões R\$ no período de 1996 a 2013



Fonte: FEE, 2016. Elaboração própria.

No período de 1996 a 2013, boa parte do PIB da região era composta pelo VAB, sendo que ambas as variáveis demonstraram crescimento no período. O valor do PIB no ano de 2013 em comparação ao ano de 2003, mais que duplicou, de quase 4 bilhões de reais foi para próximo a 10 bilhões de reais em produção interna de bens e serviços, um aumento de 250%. Vista a evolução crescente do PIB e do Valor Adicionado Bruto, o Gráfico 3 apresenta a desagregação do VAB em Agropecuário, Industrial e de Serviços.

Gráfico 3- Desagregação do VAB em Agropecuário, Industrial e de Serviços.



Fonte: FEE, 2016. Elaboração própria.

Primeiramente o setor agropecuário para todo o período permaneceu próximo aos 15%, cabendo a indústria a ocupação de cerca de 40%, mostrando pelo seu histórico um declínio de sua participação, ocupando no final do período apenas 30% da produção. Já o setor de serviços que em 1996 respondia por 50% do valor, apresentou crescimento no decorrer do período acabando em 2013 por ocupar mais de 55% do VAB.

Percebe-se que a permanência do volume de produção da agropecuária no mesmo patamar, mesmo havendo queda da população rural, pode estar associada ao aumento da produtividade pelos agricultores e pecuários que se mantiveram no campo. Já o crescimento do valor de serviços ocorrido por estar associado ao aumento populacional em áreas urbanas, que acabam por demandar atividades que envolvem a área de serviços com maior intensidade.

A Tabela 16 apresenta o crescimento das atividades de 1996 a 2003. O setor de serviços apresentou um crescimento padrão para todos os municípios. Já o setor de indústria alguns municípios de menor tamanho tiveram um crescimento avançado, como Poço da Antas que no ano de 1996 apresentava um valor adicionado bruto na Indústria de 148 mil reais e em 2013 este valor era de 15.294 milhões de reais. Além deste os municípios de Capitão, Colinas, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Fazenda Vila Nova, Imigrante, Nova Bréscia, Pouso Novo, Progresso, Roca Sales e Sério, também tiveram um crescimento considerável.

Quanto a Agropecuária o município de Tabai apresentou grande crescimento, em 1996 ele possuiu um VAB de 1.734 milhões e em 2013 seu valor era de 27.601 milhões de reais. Além disso, os municípios de Ilópolis e Paverama também obtiveram crescimento significativo, cabe destacar também que Lajeado obteve um crescimento agropecuário de apenas 46%, isso caracterizou a perda da atividade agrícola no município devido à elevação da urbanização.

Tabela 16 - Crescimento das atividades de Serviços, Indústria e Agropecuária de 1996 à 2013.

Município	Serviços	Indústria	Agropecuária
Anta Gorda	351%	304%	434%
Arroio do Meio	563%	386%	348%
Arvorezinha	366%	780%	547%
Bom Retiro do Sul	253%	189%	281%
Canudos do Vale	412%	161%	425%
Capitão	237%	1533%	672%
Colinas	276%	2094%	484%
Coqueiro Baixo	326%	149%	426%
Cruzeiro do Sul	509%	763%	522%
Dois Lajeados	300%	2898%	446%
Doutor Ricardo	367%	3898%	409%
Encantado	542%	246%	252%
Estrela	616%	423%	504%
Fazenda Vilanova	591%	1468%	582%
Forquetinha	342%	241%	271%
Ilopólis	350%	326%	912%
Imigrante	350%	1655%	188%
Lajeado	720%	373%	46%
Marques de Souza	287%	489%	240%
Muçum	306%	318%	162%
Nova Brescia	209%	4157%	155%
Paverama	317%	246%	893%
Poço das Antas	328%	10295%	731%
Pouso Novo	272%	1541%	651%
Progresso	269%	1817%	307%
Putinga	219%	639%	521%
Relvado	211%	944%	387%
Roca Sales	379%	1403%	360%
Santa Clara do Sul	318%	590%	358%
Sério	163%	2792%	337%
Tabaí	376%	224%	1592%
Taquari	348%	197%	734%
Teutônia	620%	203%	336%
Travesseiro	220%	496%	594%
Vespasiano Correa	295%	374%	489%
Westfalia	420%	254%	568%

Fonte: FEE, 2016. Elaboração própria.

Outro dado importante para o estudo do PRONAF é renda dos municípios. A Tabela 17 apresenta uma comparação da renda média urbana e rural dos municípios em 2000 e 2010.

Nota-se que o crescimento da renda rural foi maior que a renda urbana para praticamente todos os municípios do vale.

Tabela 17 - Renda média dos Municípios do Vale do Taquari em 2000 e 2010.

Município	Urbana			Rural		
	2000	2010	Variação	2000	2010	Variação
Anta Gorda	1.558	2.472	59%	1.029	2.563	149%
Arroio do Meio	1.127	2.529	124%	1.362	2.575	89%
Arvorezinha	1.187	1.499	26%	765	1.359	78%
Bom Retiro do Sul	896	2.099	134%	674	1.868	177%
Canudos do Vale	-	2.334	-	-	2.320	-
Capitão	1.030	2.314	125%	809	2.764	242%
Colinas	919	3.446	275%	788	2.650	236%
Coqueiro Baixo	-	2.217	-	-	1.640	-
Cruzeiro do Sul	883	2.379	169%	839	2.494	197%
Dois Lajeados	1.388	2.677	93%	1.257	3.512	179%
Doutor Ricardo	1.444	2.697	87%	647	2.621	305%
Encantado	1.149	2.790	143%	742	1.832	147%
Estrela	1.044	2.935	181%	1.065	2.847	167%
Fazenda Vilanova	724	1.661	130%	668	2.639	295%
Forquetinha	-	2.311	-	-	2.263	-
Ilópolis	1.097	2.170	98%	854	3.596	321%
Imigrante	1.283	2.699	110%	1.063	2.538	139%
Lajeado	1.261	3.168	151%	518	1.626	214%
Marques de Souza	1.001	2.548	155%	752	2.148	185%
Muçum	1.022	2.552	150%	597	2.280	282%
Nova Brésia	2.585	2.877	11%	631	5.513	773%
Paverama	679	1.843	171%	567	1.646	190%
Poço das Antas	990	2.314	134%	738	2.392	224%
Pouso Novo	887	2.280	157%	1.087	3.100	185%
Progresso	829	2.400	190%	709	1.750	147%
Putinga	3.462	2.359	-32%	778	2.620	237%
Relvado	1.101	3.042	176%	694	2.603	275%
Roca Sales	1.002	2.648	164%	747	2.189	193%
Santa Clara do Sul	971	2.611	169%	656	2.282	248%
Sério	794	2.373	199%	451	1.604	256%
Tabaí	839	2.085	149%	593	1.511	155%
Taquari	850	2.170	155%	508	1.936	281%
Teutônia	1.050	2.515	140%	835	2.396	187%
Travesseiro	914	2.290	151%	530	2.350	344%
Vespasiano Correa	1.116	2.616	134%	875	2.891	230%
Westfalia	-	3.458	-	-	3.806	-

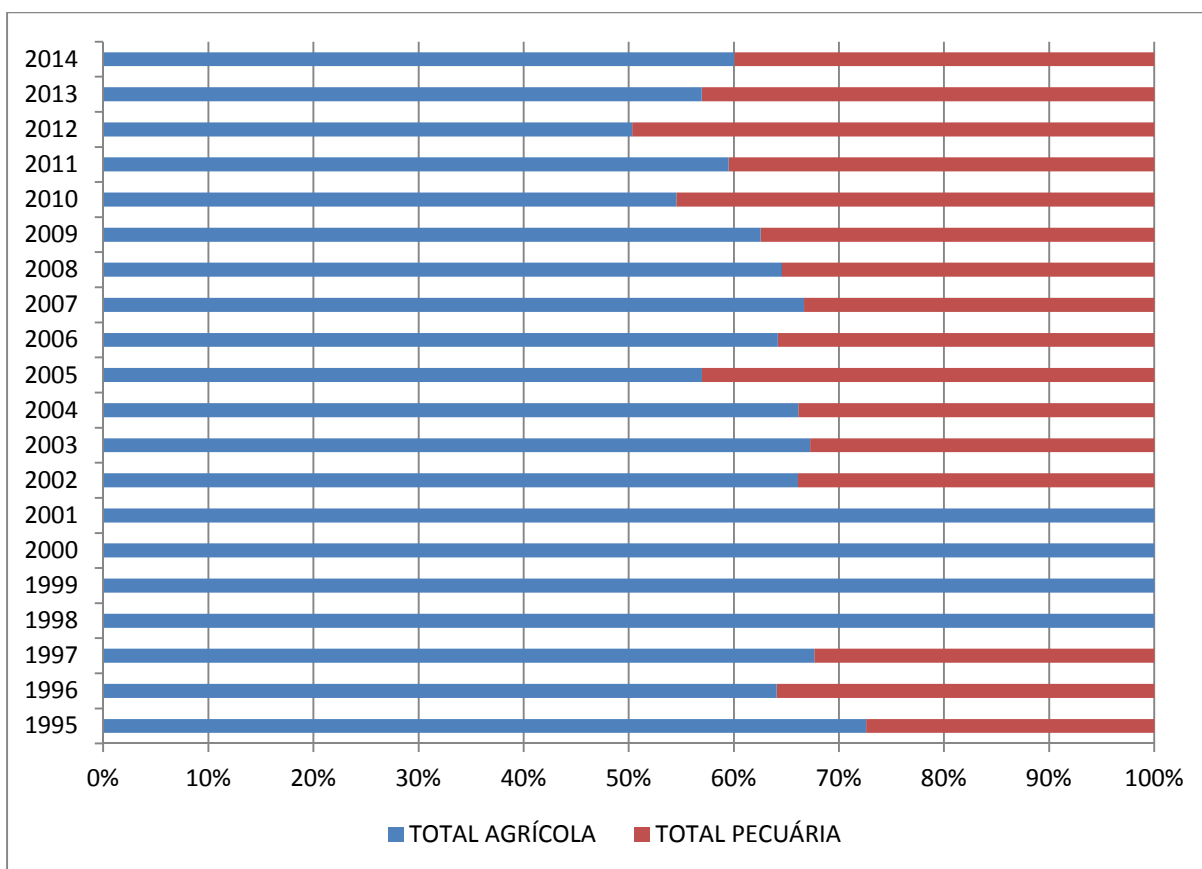
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2016.

Nota 1: Os municípios que não possuem valores para 2000 são municípios que não existiam.

5.4 Dados Agropecuários

O Vale do Taquari possui produção agrícola e pecuária. O Gráfico 4 compara um histórico dessas produções de 1995 a 2014. A produção agrícola para todo o período apresenta uma produção maior que a produção pecuária, havendo períodos em que a pecuária obteve crescimento de sua produção como em 2005, e de 2010 a 2013.

Gráfico 4 - Percentual da produção Agrícola e Pecuária.



Fonte: FEE, 2016. Elaboração própria.

No que correspondeu a atividade de pecuária, a Tabela 18 esboça o crescimento de alguns itens produzidos pela região. Destacando-se o crescimento da produção de leite de cerca de 31 milhões de reais para cerca de 348 milhões de reais, e da produção dos ovos de codorna, que em 1995 tinha uma produção de 18 mil reais e no ano de 2014 atingiu 4.341 milhões de reais.

Tabela 18 – Histórico da produção Pecuária por atividade em mil R\$.

Período	Lã	Leite	Mel de Abelha	Ovos de Codorna	Ovos de Galinha	TOTAL PECUÁRIA
1995	11	30.753	453	18	14.206	45.441
1996	18	36.469	1.107	134	17.564	55.292
1997	15	35.873	969	121	22.842	59.819
1998¹						-
1999¹						-
2000¹						-
2001¹						-
2002	16	65.146	1.052	207	37.734	104.155
2003	16	73.059	1.420	483	55.121	130.099
2004	21	91.381	1.908	397	52.808	146.515
2005	27	85.972	1.813	718	57.875	146.405
2006	26	99.505	1.998	713	49.901	152.143
2007	22	146.679	1.990	1.146	63.129	212.966
2008	19	160.417	2.253	1.808	71.306	235.803
2009	21	165.408	2.214	2.043	67.339	237.025
2010	21	197.965	2.123	2.314	73.108	275.531
2011	23	229.926	2.209	3.465	69.784	305.407
2012	28	273.447	2.495	3.070	77.654	356.694
2013	31	330.704	2.853	3.698	80.598	417.884
2014	42	347.783	2.423	4.341	89.113	443.702

Fonte: FEE Dados 2016. Elaboração própria.

Nota 1: os anos de 1998 a 2001 não apresentam dados na base de dados da FEE.

Na produção agrícola, a FEE disponibilizou uma separação dos produtos em termos de Culturas Temporárias e Culturas Permanentes. A cultura temporária aglomera 22 tipos de produção e a cultura permanente possui 21 tipos de produtos.

No Anexo 1 tem-se a evolução de todos os produtos da cultura temporária, através deste anexo a Tabela 19 apresentou um resumo da evolução dos principais produtos, dentre esses se destaca o Arroz, o Fumo e a Soja como os produtos que tiveram aumento de produção durante o período.

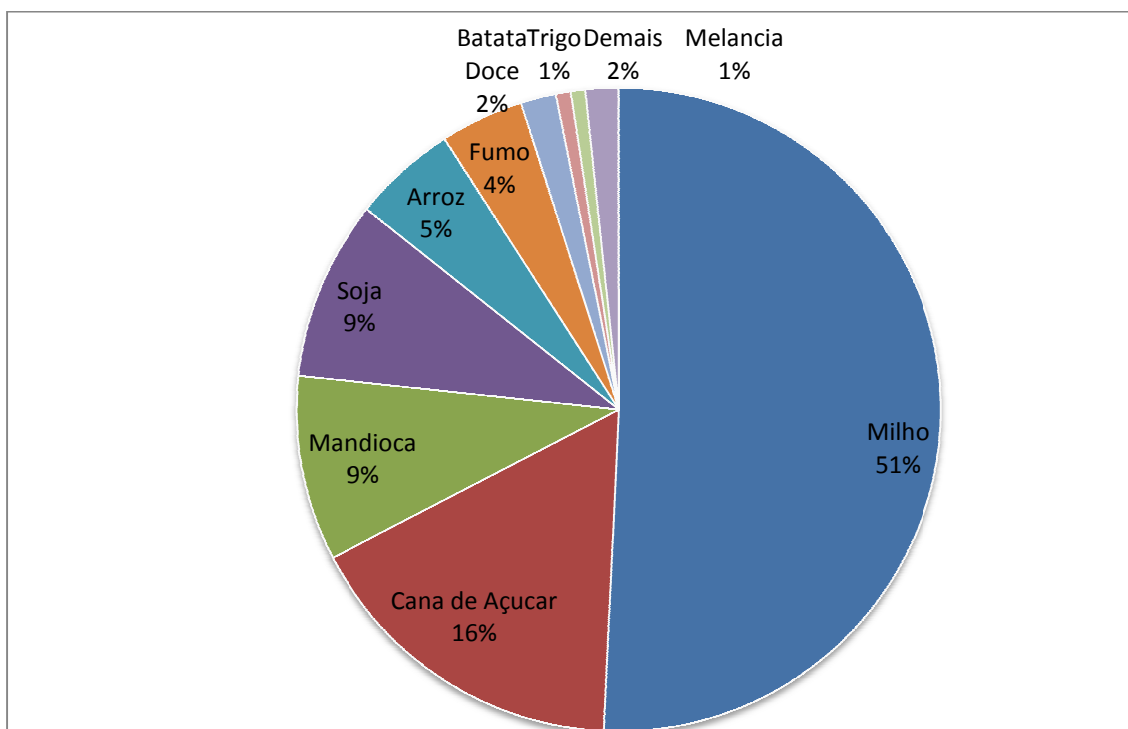
Tabela 19 - Evolução da produção de alguns itens da cultura temporária em mil R\$.

Ano	Alho	Arroz	Cana de Açúcar	Fumo	Melão	Milho	Soja	Tomate	Trigo
1995	293	1.509	1.928	22.044	87	29.302	5.303	590	339
1996	244	1.209	2.116	29.776	92	26.509	3.106	358	308
1997	267	1.623	2.486	38.567	74	25.338	6.847	471	236
1998	265	1.756	2.453	27.330	116	36.300	6.479	374	193
1999	314	942	2.840	34.626	96	34.494	5.257	609	220
2000	353	2.382	2.856	37.172	116	44.585	6.024	617	283
2001	363	2.532	3.060	51.809	147	46.260	6.341	751	251
2002	446	4.115	3.808	59.024	177	59.864	9.496	798	614
2003	599	11.261	4.817	64.365	139	87.043	15.529	717	1.749
2004	605	9.359	5.782	110.404	154	54.961	9.475	805	1.327
2005	672	4.730	2.557	89.390	131	19.307	2.865	1.235	494
2006	763	7.694	6.196	113.140	107	35.991	7.388	1.211	620
2007	808	9.776	6.005	125.044	255	101.463	23.720	1.435	958
2008	738	14.203	4.987	143.383	253	111.019	22.561	1.058	1.087
2009	846	16.741	5.596	134.185	287	79.913	27.230	1.544	721
2010	946	14.804	8.037	77.765	265	77.960	19.303	1.106	878
2011	986	9.119	9.444	140.870	315	112.964	25.124	1.127	1.089
2012	1.362	14.542	6.539	121.171	285	44.840	20.809	1.142	1.402
2013	1.348	18.083	11.220	144.379	417	124.601	40.442	1.796	3.117
2014	1.318	66.390	9.442	149.414	512	103.151	72.888	2.930	1.640

Fonte: FEE Dados, 2016. Elaboração própria.

Em relação a produção do último ano, o cultivo do milho se destacou da região com 51% da quantidade produzida, representando 253 mil toneladas, seguido da cana de açúcar com 83 mil toneladas, e da mandioca e soja, respectivamente com 46,3 e 45 mil toneladas cada.

Gráfico 5 - Quantidade Produzida nas Lavouras Temporárias no ano de 2014

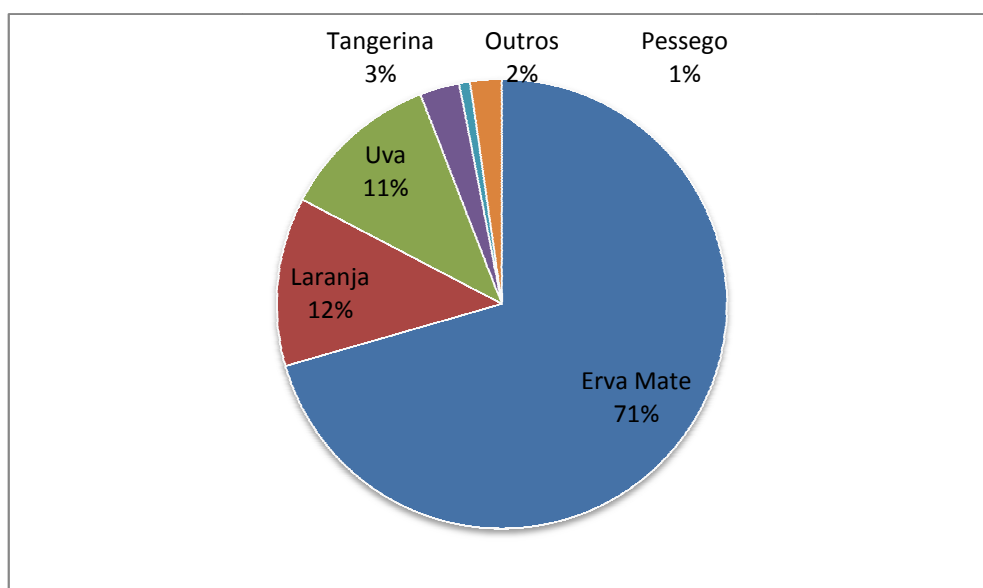


Fonte: FEE Dados, 2016. Elaboração própria.

Especificamente a produção do milho está relacionada a características climáticas, a água e a luminosidade da região. Segundo a EMBRAPA (2010, p. 1) a temperatura ideal dependerá do estágio da planta, no entanto, “o milho obteve maior produção de matéria seca e maior rendimento de grãos na temperatura de 21°C”. Desta maneira a elevada produção do milho pode estar associada com a temperatura da região próxima a 20°C, e a regularidade nos índices pluviométricos.

Na Lavoura Permanente, o ANEXO II apresenta a evolução dos 18 produtos que ela aglomera, se destacando principalmente a Erva Mate com uma produção em 1995 de 5 milhões de reais e em 2014 de 142 milhões de reais. O Gráfico 6 apresenta a produção no ano de 2014 e pode-se observar que 71% da produção da região foi de erva mate com 135 mil toneladas, seguida da produção de laranja com 23 mil toneladas e a produção de uva com 22 mil toneladas.

Gráfico 6 - Quantidade Produzida na Lavoura Permanente no ano de 2014



Fonte: FEE Dados, 2016. Elaboração própria.

Na lavoura permanente o destaque da produção de erva mate, também esteve influenciado pelo clima da região, Resende et al (2000, p. 19) destacou que “a temperatura média anual do clima mais apropriado ao desenvolvimento da erva-mate é de 20°C a 23°C. A erva mate vegeta preferencialmente em regiões de altitudes maiores, como as dos planaltos sul brasileiros”.

Resumidamente a produção do vale do Taquari esteve mais direcionada a área agrícola, com produtos como fumo, milho, soja e arroz. Não produzindo grãos como girassol, cevada, centeio e linho.

6 EVOLUÇÃO DO PRONAF NO VALE TAQUARI

O objetivo deste capítulo será apresentar as características do PRONAF na região do Vale do Taquari, em termos de linhas de crédito, número de beneficiários do PRONAF e volume de recursos enviados a região. Além disto, foi necessário definir os módulos fiscais dos municípios e a quantidade média de hectares de cada propriedade, estabelecendo assim a quantidade de agricultores que se enquadram na condição de no máximo 4 módulos fiscais exigidas pelo PRONAF.

O módulo fiscal já foi definido em um dos capítulos anteriores como uma medida de terras em hectares que varia para cada município do país. Na região do Vale do Taquari, 86% dos municípios possuem um módulo fiscal equivalente a 18 hectares e 14% dos municípios um módulo fiscal equivale a 20 hectares. A Tabela 20 expressa a divisão dos Módulos Fiscais desses municípios, a quantidade de estabelecimentos rurais, a área rural e a área média por estabelecimento em hectares existente no ano de 2013 disponibilizados pelo MDA. Além disso, há o número de Declarações de Aptidão do PRONAF ativas.

A média de hectares por município para a maioria deles foi equivalente a um módulo fiscal, se enquadrando assim nas exigências do PRONAF. Além disso, quando comparar o número de DAP's com o número de estabelecimentos rurais, verificou-se que de todos os estabelecimentos agrícolas da região 35,4% possui a Declaração de Aptidão ao PRONAF, que lhes permitiu o acesso a qualquer das linhas de crédito do PRONAF e dos demais programas e políticas desenvolvidas a Agricultura Familiar pelo governo. A DAP é

[...] o documento de identificação da agricultura familiar e pode ser obtido tanto pelo agricultor ou agricultora familiar (pessoa física) quanto por empreendimentos familiares rurais, como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica) (MDA, 2016, s/p)

Tabela 20 - Tamanho do MF, estabelecimentos rurais, área por estabelecimento, área média e DAP's Ativas.

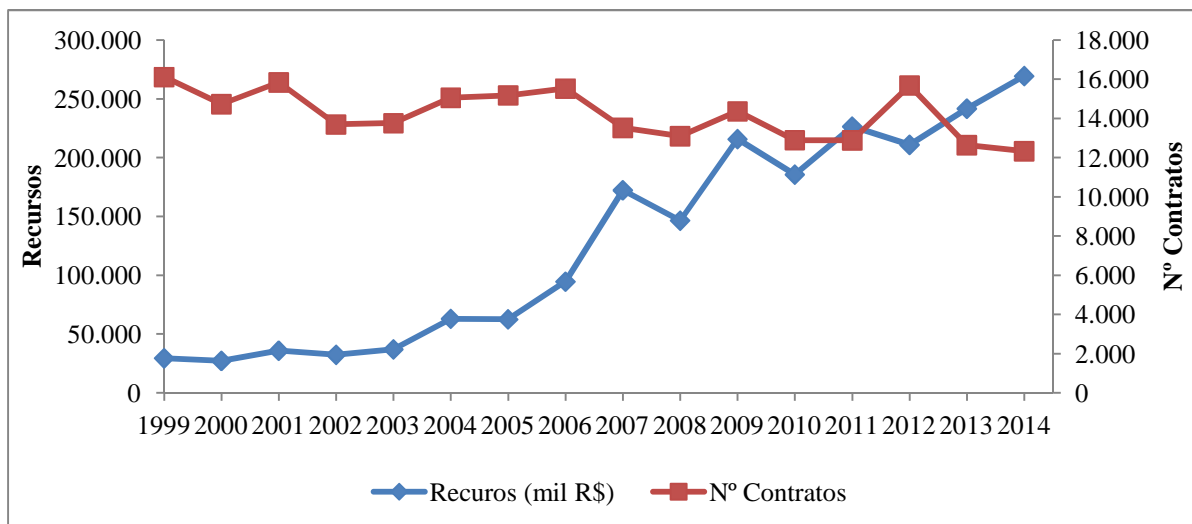
Município	Tamanho do MF (em ha)	Estabelecimentos Rurais	Área Rural (em há)	Área média por estabelecimento (em há)	Número de DAP's Ativas
Anta Gorda	20	1.752	22.937	13,1	794
Arroio do Meio	18	1.979	16.437	8,3	442
Arvorezinha	20	2.045	35.846	17,5	940
Bom Retiro do Sul	18	914	10.296	11,3	213
Canudos do Vale	18	529	6.513	12,3	309
Capitão	18	473	5.836	12,3	245
Colinas	18	613	5.227	8,5	225
Coqueiro Baixo	18	508	8.242	16,2	246
Cruzeiro do Sul	18	1.684	14.823	8,8	484
Dois Lajeados	20	859	12.509	14,6	445
Doutor Ricardo	18	779	9.785	12,6	235
Encantado	18	1.383	13.430	9,7	274
Estrela	18	1.916	16.028	8,4	588
Fazenda Vilanova	18	501	5.948	11,9	159
Forquetinha	18	608	6.018	9,9	320
Ilópolis	20	812	10.737	13,2	467
Imigrante	18	718	7.122	9,9	242
Lajeado	18	1.293	10.377	8,0	93
Marques de Souza	18	1.018	10.106	9,9	348
Muçum	18	681	9.818	14,4	171
Nova Bréscia	18	757	10.296	13,6	325
Paverama	18	1.839	15.329	8,3	569
Poço das Antas	18	501	5.824	11,6	200
Pouso Novo	18	542	10.912	20,1	206
Progresso	18	1.464	24.883	17,0	724
Putinga	20	1.303	19.396	14,9	719
Relvado	18	803	11.825	14,7	291
Roca Sales	18	1.796	20.247	11,3	400
Santa Clara do Sul	18	944	8.482	9,0	362
Sério	18	700	9.415	13,4	236
Tabaí	18	718	6.885	9,6	247
Taquari	18	2.073	32.508	15,7	394
Teutônia	18	1.911	17.003	8,9	649
Travesseiro	18	654	6.724	10,3	378
Vespasiano Correa	18	738	10.515	14,2	335
Westfalia	18	489	5.305	10,8	309
TOTAIS	-	38.397	453.580	11,8¹	13.584

Fonte: INCRA, 2013. Tabela com módulo fiscal dos municípios em 2013. MDA, 2016 Extrato da DAP por Município, 2016. Elaboração própria.

Nota 1: média da área total e do número de estabelecimentos totais.

Em termos de beneficiários do PRONAF, o Gráfico 7 apresenta a evolução do número de contratos e do volume de recursos na região do Vale do Taquari de 1999 até 2014.

Gráfico 7 - Evolução dos contratos do Pronaf e do volume de recursos no Vale do Taquari de 1999 a 2014.



Fonte: MDA, 2016. Elaboração própria.

Quanto à evolução do número de contratos, o período se mostra instável, ocorrendo picos como em 2001, 2006 e 2012, seguidos de períodos de queda na atividade. Em seu primeiro ano o número de Pronafianos na região era de 16 mil, no entanto, já em 2002 este valor caiu para próximo 14 mil, voltando próximo ao patamar inicial somente no ano de 2012. Ao fazer a abertura dos dados por cidade da região do Vale do Taquari foi possível notar quedas em alguns municípios comparados ao ano de 1999, como em Arroio do Meio (-75%), Arvorezinha (-78%), Cruzeiro do Sul (-73%), Encantado (-91%), Estrela (-82%), Lajeado (-97%), Progresso (-86%) e Teutônia (-54%), outros apresentaram crescimento na demanda pelo PRONAF, como Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Imigrante, Paverama, Vespasiano Correa e Westfalia, estes municípios possuíam cerca de 10 contratos em 1999 e em 2015 estão com 200 contratos. Estes dados por município podem ser observados no Anexo III. A queda no ano de 2002 ocorreu para praticamente todas as cidades quando comparado a 2001, fato associado a redução da Safra em 15% no ano (FEE, 2016).

Se comparado o número de agricultores familiares que adquiriram alguma das linhas de crédito com o número de habitantes em zona rural resume-se que em 2000 13,3% da população residente em zona rural adquiriu algum tipo de financiamento do PRONAF, essa mesma comparação em 2010 sobe para 15%. Nota-se que mesmo havendo queda no número

de contratos e na população residente em zona rural, houve um aumento na quantidade de agricultores que aderiu a alguma linha de crédito do programa.

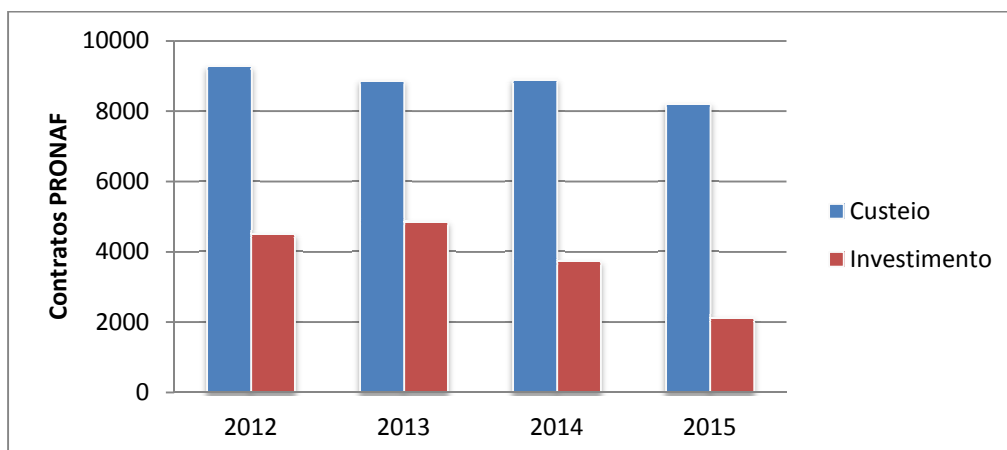
Para este mesmo período o Gráfico 7 ainda apresenta a quantidade de recursos enviados a região do Vale do Taquari pelo governo através do PRONAF. No período de 1999 a 2005 houve um crescimento de 214% no volume de recursos. No entanto da safra de 2005 para 2006 esse aumento é de 151%, e de 182% na safra seguinte. Este volume de crédito apresenta um ciclo de quedas seguidas de crescimento da safra de 2007 a 2013, inicialmente ele cai 15% na safra 2007/2008, aumentando 147% na safra seguinte, quando novamente há uma queda de 14% na safra 2009/2010, seguida de um aumento de 122%, na safra 2011/2012 a uma nova queda de 7%, quando a partir de então o crédito se mantém em cerca de R\$ 250 milhões. Uma forma de entender essas oscilações pode estar ligada à mudança do governo federal, e as novas políticas sociais e econômicas adotadas pelo novo governo.

Dentro do PRONAF o destino dos contratos e dos recursos se dividiu em financiamento para custeio da produção e para investimentos em maquinário e na unidade produtiva.

Devido a mudanças na forma de apresentação de dados do Banco Central, até o ano de 2011 o banco apresentou um anuário dos dados que não se dividiu por município e por programa, e por este fator não foi possível selecionar os dados apenas da região do Vale do Taquari. Deste o ano de 2012 modificou-se a forma de apresentação dos dados, e a partir desde ano foi possível identificar os dados por município, por programa e por finalidade do financiamento.

O Gráfico 8 mostra para qual tipo de financiamento foram destinados os contratos do PRONAF. Assim, para os quatro anos apresentados a maior quantia de financiamentos solicitados foi para o custeio da produção agrícola e pecuária, sendo que o financiamento para investimento veio se mostrando cada vez menor no decorrer do período. Um fator que poderá estar associado a esta queda dos financiamentos é a elevação do preço dos maquinários agrícolas, que devido ao limite de financiamento por produtor acaba sendo maior que o valor disponibilizado.

Gráfico 8 - Divisão dos contratos de financiamento entre custeio e investimento.



Fonte: BCB, 2016. Elaboração própria.

Dentro destes financiamentos para custeio e investimento, a Tabela 21 apresenta a divisão destes valores segundo o setor agrícola e o pecuário, identificando para qual ramo da agropecuária a região apresentou maior volume de contratos.

Tabela 21 – Número de contratos financiados pelos setores Agrícolas e Pecuários para as modalidades de Custeio e Investimento no período de 2012 à 2015

ANO	CUSTEIO		INVESTIMENTO		TOTAL DE FINANCIAMENTO	
	Agrícola	Pecuária	Agrícola	Pecuária	Agrícola	Pecuária
2012	5.957	3.309	1.842	2.654	7.799	5.963
2013	5.341	3.516	2.297	2.554	7.638	6.070
2014	5.100	3.790	1.558	2.164	6.658	5.954
2015	4.550	3.655	931	1.180	5.481	4.835

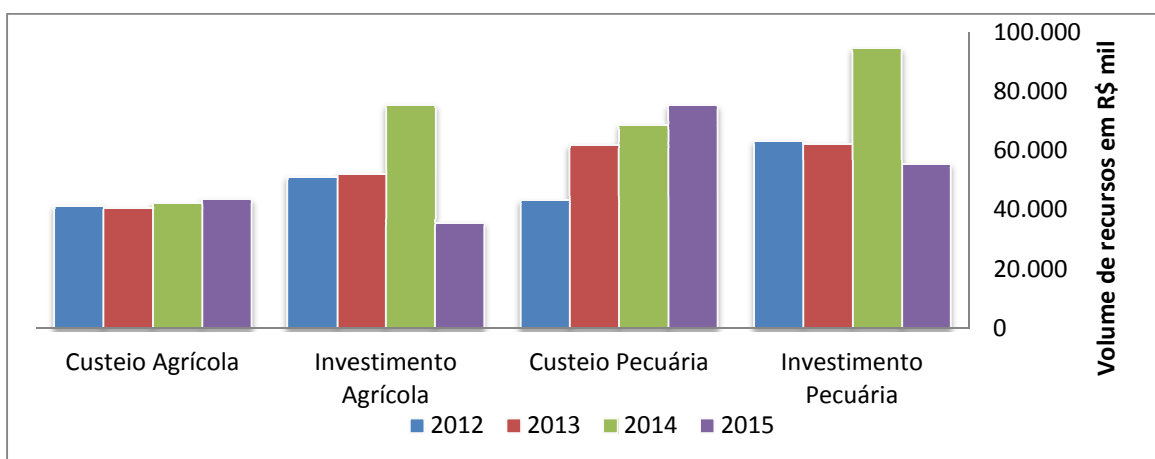
Fonte: BCB, 2016. Elaboração própria.

Na modalidade de financiamento para custeio da produção, o setor agrícola nos quatro anos apresentados demandou mais contratos que o setor da pecuária, devido principalmente a característica da produção que demanda um grande valor inicial para compra de sementes, adubo e agrotóxicos. Em contrapartida no financiamento para investimentos o setor pecuário possuiu uma demanda maior que o agrícola, devido ao custo inicial elevado que o produtor possuiu ao investir na compra de bezerros para finalidade de corte e na aquisição de vacas leiteiras para compensação do baixo valor do leite, aumentando a produção e mantendo o retorno do investimento.

Em relação ao volume de recursos, apresentado no Gráfico 9, a pecuária foi o setor que mais demandou recursos tanto no financiamento para custeio quanto no financiamento

para investimento, mesmo não sendo o setor que tem maior quantidade de financiamentos, isto também esteve associado ao alto valor da carne, resposta do alto custo do bezerro e da sua alimentação.

Gráfico 9 – Volume de recursos financiados pelos setores Agrícola e Pecuário nas modalidades de Custeio e Investimento no período de 2013 à 2015 em R\$ mil.

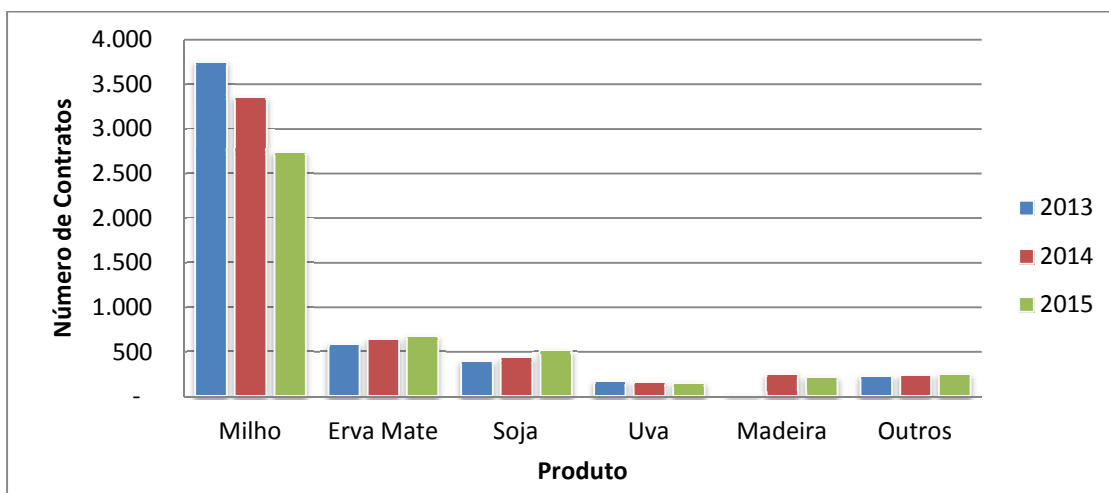


Fonte: BCB, 2016. Elaboração própria.

O investimento agrícola e pecuário caíram, 53% e 41%, respectivamente no ano de 2015, como pode ser observado na Tabela 21, com a redução do número de contratos, e no Gráfico 9, pela diminuição em cerca de 79 milhões de reais em financiamento para investimento. Segundo o Ministério da Agricultura a queda na quantidade de financiamento já estava prevista, sendo uma medida tomada no início do Programa Safra 2015 que priorizou o direcionamento dos financiamentos para o custeio, sendo assim essa queda de 46% no Vale do Taquari foi resposta da política do governo federal.

Considerando o observado no Gráfico 8 que o volume de contratos na região esteve voltado para o financiamento do custeio da produção, tornou-se necessário entender quais são os produtos que estão sendo financiados pelo PRONAF. O Gráfico 10 explana essa abertura por produtos, destacando de forma clara o número de contratos para financiamento da produção de milho, que em 2013 atingiu 3700 contratos financiados, mas que veio decrescendo nos dois anos seguintes. Além deste produto, a erva mate, soja, uva e madeira também estiveram entre os produtos mais financiados pelo PRONAF no que se referiu ao custeio da produção.

Gráfico 10 – Produtos financiados pelo PRONAF nos contratos de custeio agrícola no Vale do Taquari.

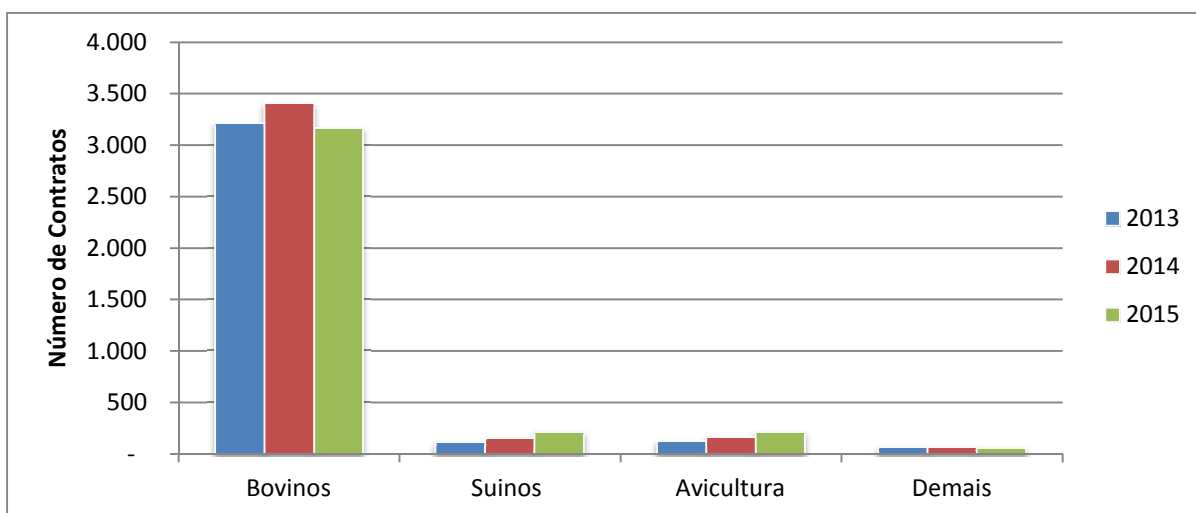


Fonte: BCB, 2016. Elaboração própria.

Nota 1: os dados iniciam em 2013 devido o BCB não disponibilizar anteriormente a divisão por produto.

Assim como no setor agrícola, o setor pecuário também apresentou um produto que se destacou quanto ao financiamento para seu custeio, nos três anos analisados no Gráfico 11 a produção de bovinos englobou cerca de 90% da quantidade de contratos do PRONAF no setor pecuário.

Gráfico 11 - Produtos financiados pelo PRONAF nos contratos de custeio pecuário no Vale do Taquari.



Fonte: BCB, 2016. Elaboração própria.

Além de financiamento para custeio e investimento, o PRONAF possuiu outras linhas de crédito ao produtor e agricultor familiar. Dentre estas linhas de crédito que foram apresentadas no capítulo de conceituação e características do PRONAF, a Tabela 22 busca

apresentar a participação dos municípios do Estado nesses financiamentos, destacando aqueles municípios que pertencem a região do Vale do Taquari.

Inicialmente as linhas de crédito Pronaf Custeio e Mais Alimentos (investimento) não apresentam informações nesta tabela, pois esses dados são alocados pelo Banco Central em outras tabelas, apresentadas anteriormente separadas por custeio e investimento. Salientou-se também que nas linhas de crédito Pronaf Agroecologia, Pronaf Floresta, Pronaf Jovem, Pronaf Semiárido e Pronaf Cota Parte nenhum dos municípios do Estado e do Vale do Taquari solicitaram financiamento.

Destacou-se que dentro das linhas de crédito o Pronaf Mulher, o objetivo de disponibilizar a mulher agricultora o crédito em seu estabelecimento, tornou a linha mais solicitada dentre as demais pelos municípios do Vale. Outra linha que também obteve financiamento por três municípios foi a Pronaf Eco, destinada ao investimento em processos e fatores que contribuíram para a melhoria da produção agropecuária de forma sustentável, para que o agricultor pudesse manter-se de forma melhor na sua região.

Tabela 22 - Financiamentos obtidos segundo as linhas de crédito do PRONAF e a participação dos municípios do estado e do vale nesse volume.

Linha de Crédito	Municípios do RS que financiaram	Municípios do Vale	Atividade financiada	Número de Contratos	Valor Total dos contratos em 2015 (mil R\$)
Pronaf Custeio	19	Nenhum			
Pronaf Mais Alimentos	19	Nenhum			
Pronaf Agroindústria	24	ENCANTADO	Pecuária	2	10.000
		TEUTÔNIA	Pecuária	1	5.000
Pronaf Agroecologia	9	Nenhum			
		TAQUARI	Agrícola	2	164
Pronaf Eco	27	PUTINGA	Agrícola	1	30
		SANTA CLARA DO SUL	Agrícola	1	30
Pronaf Floresta	4	Nenhum			
Pronaf Jovem	-	Nenhum			
Pronaf Semiárido	-	Nenhum			
		ESTRELA	Pecuária	2	184
		TEUTÔNIA	Pecuária	5	154
		SÉRIO	Pecuária	1	100
		ILÓPOLIS	Pecuária	3	99
Pronaf Mulher	28	COLINAS	Pecuária	2	60
		FORQUETINHA	Pecuária	1	54
		PAVERAMA	Pecuária	2	36
		DOUTOR RICARDO	Agrícola	1	35
Pronaf Cota Parte	-	Nenhum			
Pronaf Micro Crédito Rural	10	TAQUARI	Pecuária	1	1

Fonte: BCB, 2016.

A partir dos dados apresentados neste capítulo notou-se a queda de agricultores rurais que solicitaram crédito por meio do PRONAF, pois tanto o financiamento agrícola quanto o pecuário tiveram queda na quantidade de contratos gerados, mas não houve queda no volume de recursos destinados à região através do programa, o que mostrou que alguns agricultores passaram a demandar mais financiamentos em maior quantidade. Historicamente a região possuiu uma produção agrícola maior que a pecuária, centradas da produção de milho e de bovinos, respectivamente.

7 RESULTADOS E PROJEÇÕES

O agronegócio como setor produtivo vem se tornando nesses últimos 20 anos mais forte e atuante, quando nos referimos à agricultura como um único produtor, considerando a produção da categoria patronal e familiar juntas. A Agricultura Familiar apresentou crescimento em termos de quantidade de agricultores familiares, por meio da comparação dos dois últimos censos agropecuários realizados em 1996 e 2006, houve o aumento no número de estabelecimentos de 5,5%, em contrapartida esses estabelecimentos perderam 25% do seu espaço em áreas de produção, mesmo havendo crescimento de R\$ 36 bilhões no Valor Bruto da Produção no período. Dentre estes estabelecimentos, o Censo de 2006 apresentou que na região Sul do país cerca de 40% das propriedades caracterizava-se como áreas de minifúndio, com menos de 10 hectares, e 51% das demais propriedades possuíam entre 10 e 100 hectares consideradas como áreas de pequena propriedade.

Em termos de participação do PIB do Agronegócio sobre o PIB do país durante os últimos 20 anos essa relação se manteve entre 20% e 25%, sendo que de 2005 até 2015 essa participação decaiu e se aproximou dos 20%.

O PRONAF como um programa de política pública atuou positivamente para a agricultura brasileira, principalmente para a Agricultura Familiar. Através das linhas de crédito e da assistência técnica ele propiciou o crescimento das pequenas propriedades, destinando crédito e a ajuda para que fossem crescendo de forma produtiva. No período de 1996 a 2015 foram disponibilizados pelo governo mais de 214 milhões de reais ao agricultor familiar através das linhas de crédito do programa. Deste total liberado apenas 155 milhões foram utilizados pela agricultura para financiamento da produção em custeio e investimento, isso correspondeu a 72% do crédito disponível. Ao analisar o volume de crédito disponibilizado pelo Pronaf e o número de contratos a cada ano, nota-se o aumento do valor médio por contrato no período.

Na região do Vale do Taquari grande parte dos municípios possuía pequena extensão territorial, entre 70 ha e 300 ha, em que praticamente todos tinham como meio de vida o envolvimento com a atividade agropecuária, considerando que todos possuíam área rural. Os municípios com a área territorial menor de 100 hectares possuíam mais habitantes residindo na zona rural do que na zona urbana. Já essa mesma comparação para municípios com grande espaço territorial não pode ser feita, pois ser um grande município em termos de área não equivalia a ter grande população urbana, como no caso dos municípios de Putinga e Anta

Gorda, que possuíam uma população rural maior que a urbana. Outro resultado destacado foi a queda em 8,4% da população rural do Censo de 2000 para 2010, queda associada ao êxodo rural, dado que houve o aumento da população urbana.

O produto interno bruto do Vale do Taquari para todo o período foi crescente, destacou-se a partir do ano de 2003, chegando ao ano de 2013 com o dobro do PIB. Já o valor adicionado bruto desagregado por atividade, apresentou um aumento da participação dos serviços e uma queda da indústria. A agropecuária se manteve constante, resultado do equilíbrio do aumento da produção dos agricultores com a queda da população na zona rural.

Essa produção que se manteve crescente resultou da atividade agrícola e pecuária da região. De 1995 a 2004 a atividade agrícola se manteve entre 60% a 70% do total produzido, a partir de então apresentou variações negativas atingindo em 2012 apenas 50% da produção, resultado da baixa Safra ocorrida no ano. No ano seguinte a agricultura voltou a aumentar sua produção aos níveis anteriores. Concluiu-se a partir destes dados que a região do Vale do Taquari foi produtora agrícola mais fortalecida que a produção pecuária.

Dentre os financiamentos adquiridos pela região para a produção agropecuária, o PRONAF foi responsável por grande parte do crédito obtido. Em sua primeira fase até 1999, havia 16 mil pronafianos, no início da segunda fase esse número caiu para cerca de 15 mil e no final da fase para 13.698 mil contratos. Com a mudança política econômica, no primeiro mandato do governo Lula houve aumento dos contratos, que voltaram a cair no seu segundo mandato, e no governo da Dilma, conforme Tabela 23.

O Banco Central desde o ano de 2012 apresentou os financiamentos disponibilizados pelo PRONAF divididos em custeio e investimento. No ano de 2012, a quantidade de contratos em financiamento para o custeio da produção foi de 9.266, valor que caiu para 8.890 em 2014. No financiamento para investimento da produção a queda foi de 17,22%, em 2012 foram realizados 4.496 contratos já em 2014 os volumes de contratos caíram para 3.722.

Tabela 23 - Evolução dos contratos em comparação as fases do PRONAF.

	Região Sul	Nº Contratos	Custeio	Investimento	
Fim 1ª Fase	1999	29.531	16.117	Informação não Disponível	
	2000	27.243	14.738		
2ª Fase	2001	35.895	15.848	Informação não Disponível	
	2002	32.528	13.698		
1º Governo Lula	2003	37.076	13.763		
	2004	63.061	15.058	Informação não Disponível	
	2005	62.585	15.182		
	2006	94.638	15.529		
2º Governo Lula	2007	172.313	13.525		
	2008	146.557	13.104	Informação não Disponível	
	2009	215.822	14.368		
	2010	185.704	12.895		
Governo Dilma	2011	226.470	12.890	Informação não Disponível	
	2012	211.047	15.687	9.266	4.496
	2013	241.752	12.640	8.857	4.851
	2014	269.424	12.335	8.890	3.722

Fonte: MDA e BCB, 2016.

Nota 1: A soma de custeio e investimento não será a do número de contratos, pois as informações são extraídas de sites diferentes e envolvem outros financiamentos.

Concluiu-se através dos dados apresentados que a região apresentou queda na quantidade de contratos pelo PRONAF, relacionou-se isso com a evolução da renda e com diminuição da população residente em zona rural. Inicialmente percebeu-se que os municípios com maiores diminuições no PRONAF também apresentaram maiores diminuições da população rural. Houve exceções nos municípios de Encantado, Fazenda Vilanova e Tabaí, em que todos tiveram aumento da população rural e do número de contratos.

No entanto houve o aumento do volume de recursos, isso significou que apesar de diminuir o número de agricultores, os que se mantiveram no campo estariam aumentando o seu volume de financiamento, adquirindo mais equipamentos e aumentando sua produção. Considerando que essa queda esteve ocorrendo de forma gradativa a cada ano, não se espera que haja um aumento de pronafricanos na região, isso porque além do fator êxodo rural, a medida que houve o aumento da renda, muitos agricultores deixaram de se enquadrar no programa pois sua renda superava o máximo exigido pelo programa, passando a adquirir o seu financiamento por outros programas disponibilizados pelo governo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente relembrou-se que a categoria de Agricultura Familiar no Brasil percorreu um caminho difícil, tornando-se mais importante e estudada à medida que suas dificuldades foram sendo colocadas à discussão. O primeiro passo foi a incorporação na Constituição Federal de 1988 de medidas e normas que passaram a caracterizar a Agricultura Familiar, no entanto, um dos fatores que contribuiu para essa mudança foi a luta sindical da categoria por melhores condições, a partir de então, uma série de programas e benefícios passaram a ser adquiridos pela categoria da Agricultura Familiar.

Com a comparação dos Censos este trabalho pretendeu caracterizar a Agricultura Familiar. Mesmo este sendo um objetivo secundário, ele foi necessário para que se pudesse entender o histórico do PRONAF, que apresentou um evolução não somente nas linhas de crédito, mas também durante esses 20 anos desde sua criação apresentou mudanças constantes nas diretrizes do programa, na intenção de abranger a maior parte possível de agricultores.

Na região do Vale do Taquari o PRONAF já esteve presente de maneira mais atuante do que nos últimos anos, esta conclusão pode ser obtida ao se analisar a variação acumulada do número de agricultores que solicitaram financiamentos pelo programa na região, que no período caiu 18%. Uma comparação entre os últimos dois Censos Agropecuários apresentou que a região tornou-se menos rural. Resultado que pode ser observado através de dados como a queda de 11% da população rural, sinalizado pela migração da população para a cidade, e pelo aumento do Valor Adicionado Bruto na atividade de serviços em cerca de 5%. Apesar disso, a quantidade de crédito enviado a região foi crescente, pois o valor médio por contrato aumentou a cada nova safra, em especial nos últimos anos, apresentando na última safra uma média de R\$ 12.586.

No entanto, a medida que estes agricultores foram se desenvolvendo as linhas de crédito do PRONAF já não os enquadrava mais, o que fez com que passassem a adquirir o crédito através de outros programas.

Salienta-se que devido ao último Censo Agropecuário ter ocorrido em 2006, algumas tabelas permaneceram desatualizadas, no entanto, tentou-se buscar a série histórica para a maioria dos dados apresentados, permitindo uma visão histórica da evolução da região. Além disso, devido ao Banco Central apenas disponibilizar os dados econômicos agrícolas por cidade somente a partir de 2012, algumas tabelas acabaram por não propiciarem uma visão histórica de alguns dados.

Cabe a estudos futuros identificar quais são os demais fatores que estão ocasionando a diminuição de crédito do PRONAF na região, identificando qual o programa que pode estar substituindo o PRONAF no fornecimento de crédito ao agricultor familiar. Através da pesquisa de campo com os agricultores, torna-se mais precisa a projeção da atividade agrícola na região para os próximos anos, assim como mais perceptível as maiores dificuldades encontradas por eles.

9 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 228 p.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Serviço Público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n. 1, p. 137-157, jan/abril 1998. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932>. Acesso em: 20 mai. 2016.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p.73-78, abr. 1997.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de Agricultura Familiar**. 2007. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/extensouniversitaria/contents/photoflow-view/content-view?object_id=1635678>. Acesso em: 16 abr. 2016.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/home>. Acesso em 04 out 2016.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF: avanços e desafios**. 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_ANOS_VALTER_BIANCHINI.pdf>. Acesso em: 04 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em 15 ago. 2016

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 ago. 2016.

BRASIL. Decreto nº 3508, de 14 de junho de 2000. **Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3508.htm. Acesso em: 13 ago. 2016.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura Familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p.312-347, jul. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000200011. Acesso em 10 jul. 2016

UNICAMP. (Org.). **Geração de cenários de produção de álcool como apoio para a formulação de políticas públicas aplicadas à adaptação do setor sucroalcooleiro nacional às mudanças climáticas**. Grupo de pesquisas em mudanças climáticas da Unicamp. Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www.cpa.unicamp.br/alcsens/projeto/1-resumo>>. Acesso em: 11 out. 2016.

CAZELLA, Ademir A.; BONAL, Philippe; MALUF, Renato S.. **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2009. 301 p.

CEPEA - CENTRO AVANÇADO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **PIB do Agronegócio** – Dados de 1995 à 2015. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/pib/>. Acesso em: 28 set. 2016.

CODEVAT – CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO TAQUARI. **Mapas Coredes**. Disponível em: <http://www.codevat.org.br/site/documento/visualizar/id/199/?Mapas-COREDES.html>. Acesso: 20 out. 2016.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 37, p.969-992, set. 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6509>. Acesso em 12 jun. 2016

ECKHARDT, Rafael Rodrigo et al. **Análise e diagnóstico ambiental do Vale do Taquari - RS - Brasil, utilizando sensoriamento remoto e técnicas de geoprocessamento**. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228339731_Analise_e_diagnostico_ambiental_do_Vale_do_Taquari-RS-Brasil_utilizando_sensoriamento_remoto_e_tecnicas_de_geoprocessamento. Acesso em: 10 out. 2016.

EMBRAPA. **Cultivo do Milho**. 2010. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/27037/1/Plantio.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

FEE Dados - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!pesquisa=1>. Acesso em 18 de julho de 2016.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas Públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p.95-103, abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200010. Acesso em: 13 abr. 2016.

GUANZIROLI, Carlos Enrique (Org.). **Novo retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto**. 2000. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTts4E7R59.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 02, p.301-328, abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000200004. Acesso em: 10 jul. 2016

GUILHOTO, Joaquim J. M. et al. **A importância da Agricultura Familiar no Brasil e em seus estados.** 2007. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

HEIDEMANN, Francisco G.. Do sonho do progresso as políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. **Políticas Públicas e Desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. p. 23-39.

HENING, Edir Vilmar; SANTOS, Irenilda Angela dos. Políticas Públicas, Agricultura Familiar e cidadania no Brasil: o caso do PRONAF. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 6, n. 1, p.256-269, jan. 2016. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/RBPP/article/view/3343>. Acesso em: 25 jun. 2016

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de Metadados.** Disponível em: <http://www.metadados.ibge.gov.br/consulta/default.aspx>. Acesso em: 10 out. de 2016.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária .Tabela com módulos fiscais dos municípios. 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>. Acesso em: 13 out. 2016.

KREUTZ, Marcos Rogério. **O Contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari – Rio Grande do Sul.** 2008. 150f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/handle/10737/59>. Acesso em 17 set. 2016

LANDAU, Elena Charlotte. **Variação geográfica do tamanho dos Módulos Fiscais no Brasil.** 2012. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/949260>>. Acesso em: 07 set. 2016.

LIMA, Arlindo Prestes de; BASSO, Nilvo; NEUMAN, Pedro Selvino; SANTOS, Alvorí Cristo dos Santos; MULLER, Artur Gustavo. **Administração da unidade de produção familiar:** modalidades de trabalho com agricultores. 3. ed. Ijuí: Editora Ijuí, 2005. 221 p.

MATTEI, Lauro. Políticas de apoio ao desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 1, p.143-158, jan. 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/267683086_Políticas_de_Apoio_ao_Developime nto_da_Agricultura_Familiar_no_Brasil_O_Caso_Recente_do_Pronaf_1_-_INTRODUCAO> Acesso em: 17 de ago. 2016

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF:** análise de indicadores. 2005. Disponível em: <<http://repiica.ica.int/docs/B0634p/B0634p.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

MDA - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Declaração de Aptidão ao PRONAF:** DAP. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/declara%C3%A7%C3%A3o-de-aptid%C3%A3o-ao-pronaf-dap>>. Acesso em 13 de out. de 2016.

MDA - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em 08 de julho de 2016.

OLIVEIRA, Francisca Suerda Soares de; FILHO, João Matos. Avaliando o PRONAF a partir da ótica das desigualdades inter-regionais da distribuição de recursos: 2005 a 2010. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, Caicó - RN, v. 1, n. 1, p.29-40, jan. 2013. Disponível em: <<http://ccsa.ufrn.br/ojs/index.php?journal=rerut&page=index>>. Acesso em: 10 maio 2016.

PANZUTTI, Nilce; MONTEIRO, Ana Victoria. Agricultura Familiar e Políticas Públicas. **Cadernos Ceru**, São Paulo, v. 25, n. 2, p.131-145, mai. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/98767>>. Acesso em: 29 mai. 2016

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria Agricultura Familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, São Paulo, v. 52, p.063-084, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600004>. Acesso em: 25 mar. 2016.

PORTAL VALE DO TAQUARI. <http://www.cicvaledotaquari.com.br/portal/>. Acesso em 17 jul 2016.

RESENDE, M. D.V. de; *et al.* Programa de melhoramento da Erva Mate coordenado pela Embrapa: resultados da avaliação genética de populações, progênies, indivíduos e clones. Colombo: Embrapa Florestas, 2000. 66 p. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/297567/programa-de-melhoramento-da-erva-mate-coordenado-pela-embrapa-resultados-da-avaliacao-genetica-de-populacoes-progenies-individuos-e-clones>> Acesso em: 17 set. 2016

SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, Paulo André. **Agricultura Familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura**. 2008. Disponível em: <http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio/projeto/palestras/capitulo_32.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p.100-192, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2016

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SEMA) - PARANA. **O que são Políticas Públicas**. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2016.

SOUZA FILHO, H. M.; BUAINAIN, Antônio Márcio; GUANZIROLI, Carlos; BATALHA, Mário Otávio. **Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e**

obstáculos. 2004. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/09O442.pdf>. Acesso em: 14 set. 2016

SZMRECSÁNYI, Tamas. **Pequena história da agricultura no Brasil:** do escravismo ao trabalho livre, estrutura agrária e relações de trabalho, para onde vai a agroindústria?. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998. 102 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** 1996. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/>>. Acesso em: 26 maio 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p.25-43, dez.2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002. Acesso em: 15 mai 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (Org.). **Una nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: Cloco, 2001. p. 31-44. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em: 28 agosto 2016

ZARONI, Margarida Maria Hoepfner. **Tipologia de Agricultores Familiares:** construção de uma escala para os estágios de modernização da agricultura. 2004. 254 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Agrícola, Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ANEXO I – Evolução da produção da cultura temporária no período de 1995 à 2014.

Produto	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Abacaxi	34	9	23	18	20	20	23	32	24	28
Alho	293	244	267	267	314	353	363	446	599	605
Amendoim	267	339	349	433	449	582	1.008	940	1.912	1.602
Arroz	1.509	1.209	1.623	1.756	942	2.382	2.532	4.115	11.261	9.359
Aveia	15	10	13	10	7	11	13	15	12	8
Batata Doce	4.425	2.237	3.596	3.563	3.032	3.479	3.366	4.558	8.164	4.886
Batata Inglesa	1.341	519	1.224	2.463	1.707	1.996	2.865	1.474	2.199	1.998
Cana de Açúcar	1.928	2.116	2.486	2.453	2.840	2.856	3.060	3.808	4.817	5.782
Cebola	417	196	283	346	352	348	394	480	648	708
Cevada	-	-	-	-	-	3	-	4	11	19
Ervilha	-	1	-	-	-	14	14	78	78	139
Fava	8	17	6	6	7	8	5	2	5	3
Feijao	3.404	1.277	3.549	3.504	4.655	3.304	3.429	5.472	4.875	5.031
Fumo	22.044	29.776	38.567	27.330	34.626	37.172	51.809	59.024	64.365	110.404
Mancioca	21.852	17.187	18.026	17.084	15.293	16.525	18.863	19.370	29.708	29.888
Melancia	1.185	486	562	687	680	674	539	797	766	838
Melão	87	92	74	116	96	116	147	177	139	154
Milho	29.302	26.509	25.338	36.300	34.494	44.585	46.260	59.864	87.043	54.961
Soja	5.303	3.106	6.847	6.479	5.257	6.024	6.341	9.496	15.529	9.475
Sorgo	39	5	17	6	7	5	24	3	4	14
Tomate	590	358	471	374	609	617	751	798	717	805
Trigo	339	308	236	193	220	283	251	614	1.749	1.327

Fonte: FEE Dados, 2016. Elaboração própria.

ANEXO I – Evolução da produção da cultura temporária no período de 1995 à 2014. (continuação)

Produto	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Abacaxi	13	22	37	21	42	46	36	53	41	55
Alho	672	763	808	738	846	946	986	1.362	1.348	1.318
Amendoim	769	1.977	2.825	1.580	1.565	1.115	1.042	988	1.156	1.048
Arroz	4.730	7.694	9.776	14.203	16.741	14.804	9.119	14.542	18.083	66.390
Aveia	9	8	5	1	15	69	57	15	85	58
Batata Doce	5.407	6.757	10.270	8.884	8.640	8.328	8.112	8.458	8.819	11.631
Batata Inglesa	1.599	2.116	1.253	2.309	2.315	2.486	2.333	1.831	3.052	3.076
Cana de Açúcar	2.557	6.196	6.005	4.987	5.596	8.037	9.444	6.539	11.220	9.442
Cebola	601	495	1.030	985	1.182	1.373	726	871	1.181	1.305
Cevada	18	16	-	-	-	-	-	8	5	-
Ervilha	142	182	48	57	50	111	58	48	74	86
Fava	15	16	13	18	13	20	48	30	25	23
Feijao	3.591	5.275	5.246	6.323	6.790	3.502	4.508	3.179	4.885	7.907
Fumo	89.390	113.140	125.044	143.383	134.185	77.765	140.870	121.171	144.379	149.414
Mandioca	16.448	27.642	58.672	33.981	31.391	29.992	25.060	27.492	37.008	37.071
Melancia	873	1.393	1.289	2.016	2.443	1.052	1.519	1.247	1.961	3.203
Melão	131	107	255	253	287	265	315	285	417	512
Milho	19.307	35.991	101.463	111.019	79.913	77.960	112.964	44.840	124.601	103.151
Soja	2.865	7.388	23.720	22.561	27.230	19.303	25.124	20.809	40.442	72.888
Sorgo	-	2	6	4	6	3	3	3	44	1
Tomate	1.235	1.211	1.435	1.058	1.544	1.106	1.127	1.142	1.796	2.930
Trigo	494	620	958	1.087	721	878	1.089	1.402	3.117	1.640

Fonte: FEE Dados, 2016. Elaboração própria.

ANEXO II – Evolução da produção da cultura permanente no período de 1995 à 2014.

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Abacate	226	68	69	78	57	137	201	260	286	303
Banana	421	384	337	303	266	266	202	225	477	713
Caqui	371	165	347	362	275	384	361	324	387	301
Erva Mate	5.238	4.151	6.443	6.529	6.765	7.797	9.166	8.477	7.534	9.507
Figo	283	128	122	164	190	274	79	114	309	462
Goiaba	148	108	109	133	154	160	144	168	472	773
Laranja	9.843	3.048	6.022	7.984	6.069	7.291	6.502	7.959	7.834	7.557
Limão	872	306	674	614	692	593	312	451	553	495
Maça	34	15	12	15	3	3	1	5	4	7
Mamão	121	60	56	52	44	33	88	140	145	160
Manga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marmelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Noz	162	96	98	133	146	216	191	237	317	415
Pera	188	97	150	112	119	99	220	159	242	416
Pessego	903	617	1.008	873	616	616	1.055	1.282	1.509	1.471
Tangerina	3.384	1.087	1.191	1.388	1.807	1.937	1.581	1.986	1.615	.898
Tungue	25	6	16	11	12	12	18	12	42	31
Uva	3.695	2.215	4.873	3.720	4.453	5.884	7.143	9.870	11.131	23.601

Fonte: FEE Dados, 2016. Elaboração própria.

ANEXO II – Evolução da produção da cultura permanente no período de 1995 à 2014. (continuação)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Abacate	229	268	659	414	432	559	466	598	660	840
Banana	466	346	886	810	681	789	814	839	873	1.136
Caqui	284	297	558	485	497	451	658	769	868	657
Erva Mate	10.362	21.542	26.444	30.928	36.974	48.497	56.848	56.823	106.693	142.710
Figo	402	340	668	585	451	440	687	681	863	775
Goiaba	467	167	227	634	415	527	412	386	465	512
Laranja	5.099	6.077	9.555	9.237	9.015	9.943	14.496	15.655	11.182	17.239
Limão	421	457	660	415	441	484	541	520	429	691
Maça	98	34	68	73	79	216	168	208	264	241
Mamão	141	119	170	151	176	187	180	203	224	262
Manga	-	-	18	16	425	69	469	274	276	508
Marmelo	-	1	1	1	1	1	2	5	3	5
Noz	446	529	735	860	1.324	1.254	1.353	1.708	2.187	2.516
Pera	341	204	207	216	275	276	274	328	345	271
Pessego	2.198	1.458	1.893	1.943	2.130	1.952	2.637	2.508	1.992	2.874
Tangerina	2.061	1.905	690	2.678	2.731	2.853	2.914	3.369	4.369	5.597
Tungue	46	52	38	44	33	32	26	6	11	5
Uva	19.921	19.756	29.567	23.305	17.976	12.950	21.368	20.404	17.028	16.524

Fonte: FEE Dados, 2016. Elaboração própria.

ANEXO III – Evolução do número de contratos por município do Vale do Taquari no período de 1999 à 2015.

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Anta Gorda	994	1.032	844	726	668	704	815	901	790	785	743	807	798	1.010	779	842	611
Arroio do Meio	1.241	623	1.159	1.080	1.204	743	477	489	397	488	711	462	452	635	465	499	306
Arvorezinha	2.186	1.628	1.632	910	682	884	1.184	1.134	988	913	1.172	849	864	984	848	795	490
Bom Retiro do Sul	115	43	41	31	180	183	191	154	166	179	180	173	129	188	147	134	85
Canudo do Vale	0	11	262	122	400	335	279	333	215	235	195	251	249	255	239	188	108
Capitão	49	213	81	39	35	55	180	198	182	246	326	316	304	407	313	308	155
Colinas	40	49	58	34	308	330	202	231	184	195	295	268	223	294	243	259	121
Coqueiro Baixo	0	0	22	14	22	146	149	234	247	270	267	274	244	333	302	274	188
Cruzeiro do Sul	777	580	672	696	716	349	496	459	349	346	399	338	342	482	366	364	211
Dois Lajeados	399	473	414	378	471	522	389	458	506	584	572	588	589	862	691	665	399
Doutor Ricardo	305	268	322	200	202	211	271	279	266	248	250	219	243	278	200	206	151
Encantado	1.300	312	262	149	165	186	166	187	232	243	353	370	425	264	212	174	118
Estrela	1.399	1.567	1.555	1.558	483	357	448	431	421	446	522	429	455	687	511	534	254
Fazenda Vilanova	13	13	14	6	39	44	53	57	71	73	77	62	86	93	82	85	52
Forquetinha	0	5	202	181	258	289	280	315	297	281	244	220	206	190	142	120	45
Ilópolis	445	383	328	219	169	317	517	514	506	481	476	460	410	490	448	488	321
Imigrante	29	85	32	9	460	403	305	269	237	238	271	236	243	282	239	245	124
Lajeado	1.165	1.055	667	552	449	891	201	184	153	128	127	132	146	87	86	57	38
Marques de Souza	168	200	406	342	372	411	368	363	254	242	238	173	251	344	241	233	130
Muçum	246	176	164	160	160	158	186	173	150	148	158	143	126	164	131	141	108
Nova Bréscia	166	252	120	223	213	311	364	360	426	545	491	420	379	387	403	357	207
Paverama	59	55	493	73	579	657	710	727	637	627	593	508	449	556	406	430	129
Poço das Antas	111	63	193	138	164	159	170	186	231	218	213	184	167	165	182	186	96
Pouso Novo	160	174	217	257	278	403	462	378	397	367	401	327	244	302	250	190	89
Progresso	1.876	1.159	1.197	1.152	1.402	1.351	1.291	1.752	939	392	433	383	396	686	532	463	269

Fonte: FEE Dados, 2016. Elaboração própria.

ANEXO III – Evolução do número de contratos por município do Vale do Taquari no período de 1999 à 2015. (continuação)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Putinga	567	528	447	627	409	622	909	906	826	766	932	750	788	941	779	833	534
Relvado	295	310	369	417	517	469	424	435	471	486	538	502	553	673	598	535	338
Roca Sales	274	353	298	335	354	342	361	358	340	336	349	336	319	426	325	319	231
Santa Clara do Sul	270	631	636	550	566	831	875	680	435	457	415	391	370	346	272	255	119
Sério	233	387	503	424	411	315	413	399	269	207	217	189	188	162	154	147	80
Tabaí	3	6	14	6	9	17	19	21	38	35	41	44	57	62	54	61	14
Taquari	140	113	203	81	138	153	139	92	113	93	117	112	135	209	164	133	69
Teutônia	772	1.286	1.581	1.624	699	770	743	765	801	841	978	981	1.066	953	775	747	354
Travesseiro	128	425	117	65	76	521	433	437	292	246	276	233	244	359	245	216	112
Vespasiano Correa	192	280	313	304	315	370	443	414	430	419	472	463	421	531	449	469	332
Westfália	0	0	10	16	190	249	269	256	269	300	326	302	329	600	367	383	189

Fonte: FEE Dados, 2016. Elaboração própria.